

2016 em museus, dinheiro e política: introduçãoⁱ

Andrea Fraser

Artista performática e professora da Escola de Artes e Arquitetura da Universidade da Califórnia (UCLA), Los Angeles.

Tradução de Beatriz Lobo e Vladimir Sibylla





A obra *2016 in Museums, Money, and Politics* examina a interseção entre campanhas eleitorais e organizações privadas de arte sem fins lucrativos nos Estados Unidos, em um momento histórico crucial. O estudo evidencia as contribuições políticas relatadas por membros dos conselhos de 128 organizações artísticas, feitas no decorrer do ciclo eleitoral de 2016 nos EUA, e suas consequências. Localizadas em todos os 50 estados e no Distrito de Columbia, essas organizações incluem a maioria dos museus de arte nos Estados Unidos com orçamentos de mais de US\$ 2,5 milhões que exibem arte contemporânea.¹ A pesquisa publicada inclui registros de mais de 36.000 contribuições políticas vinculadas a 2.411 dos cerca de 5.460 indivíduos servindo nos conselhos dessas organizações, revelando a escala da interface entre o financiamento de campanhas políticas e o patrocínio cultural.

Por meio de campanhas apoiadas por ataques a populações vulneráveis, difamação da mídia e das "elites culturais", bem como propostas para restringir os direitos e liberdades civis, elevou-se à Casa Branca um neófito político bilionário que reuniu o gabinete mais rico da história dos Estados Unidos. Esse foi também o ciclo eleitoral mais caro da história norte-americana, com mais de US\$ 6,4 bilhões arrecadados para as disputas presidencial e parlamentar. Dessas contribuições, 68% vieram de 0,68% da população adulta dos EUA que doa mais de US\$ 200 para campanhas políticas.² Enquanto isso, mais de 50% do valor total doado veio de apenas 350 famílias ricas e suas empresas.³

A crescente influência política dos mais ricos no governo dos Estados Unidos levou cientistas sociais e outros observadores da política a concluir que nosso sistema de governo não é mais uma democracia, governado pelo povo por meio de representantes eleitos. Em vez disso, os Estados Unidos tornaram-se uma plutocracia, um governo dos ricos. Muitos vincularam o crescente poder político da riqueza nos Estados Unidos à combinação entre os altos níveis de desigualdade de renda e o nosso sistema privado de financiamento de campanhas, cada vez mais desregulamentado. Juntos, eles criam um ciclo vicioso de desigualdade econômica e política, à medida que alguns dos cidadãos mais ricos usam seus crescentes recursos para promover uma legislação que protege sua riqueza e a lucratividade de seus negócios, transferindo grandes quantias a políticos que

¹ Os critérios de seleção das 128 organizações incluídas neste estudo são discutidos em detalhes a seguir.

² Ver: Center for Responsive Politics, "Donor Demographics". Disponível em: < <https://www.opensecrets.org/overview/dooors-demographics.pro>. >

³ Nicholas Confessore, Sarah Cohen e Karen Yourish, "As famílias que financiam a eleição presidencial de 2016", New York Times, 10 de outubro, 2015.

juram cortar impostos e reduzir regulamentações financeiras, ambientais, do consumidor e trabalhistas que afetam a lucratividade de suas empresas.

As organizações artísticas nos Estados Unidos também se beneficiaram com o aumento das concentrações de riqueza. Quase todas as organizações artísticas públicas e sem fins lucrativos nos Estados Unidos são estruturadas como corporações de caridade governadas por conselhos voluntários auto indicados, que administram suas coleções e ativos em "custódia pública". A maioria desses conselhos também apoia suas organizações com contribuições financeiras. Como a parcela da renda do 1% mais rico dobrou de 11% em 1984 para mais de 22% em 2016, as doações para artes, cultura e humanidades aumentaram de US\$ 3,85 bilhões para US\$ 18,21 bilhões.⁴ O tamanho e o número de conselhos de museus e a riqueza de seus membros também aumentaram, financiando novos museus e edifícios de museus, altos salários para funcionários de categorias superiores e a compra de arte a preços disparados, o que levantou preocupações sobre a influência dos membros de conselhos e patronos nos programas de aquisições de museus. As 128 organizações artísticas incluídas neste estudo tiveram receitas totais combinadas de mais de US\$ 4,2 bilhões em 2015. Dessas receitas, cerca de 10% vieram diretamente de fontes do setor público⁵, enquanto 15 a 30% adicionais podem ser calculados como subsídio governamental indireto fornecido por seu status de isenção de impostos. E ainda, apesar da identificação comum de muitos museus de arte como instituições "públicas", a maioria opera com pouca ou nenhuma contribuição democrática, supervisão ou reconhecimento do apoio governamental. Em vez disso, com noites de gala de arrecadação de fundos bem divulgadas e reconhecimento de doadores em quase todas as paredes, muitos museus de arte tornaram-se vitrines públicas proeminentes para riqueza privada altamente concentrada, identificando essa riqueza com generosidade, criatividade e realização cultural.

Este estudo mostra que os conselhos de museus também se tornaram centros importantes de finanças políticas. Mais de 42,5% dos 5.458 membros individuais de conselhos pesquisados fizeram contribuições políticas de mais de US\$ 200, o limite para relatórios, superando os 0,68% da população adulta dos EUA como um todo que fizeram essas contribuições durante o ciclo eleitoral de 2016. Mais de 28,5% dos conselheiros

⁴ *Giving USA 2015: The Annual Report on Philanthropy*, citado por Mellisa Berliner, "Humanities Sector", 25 de junho, 2015.

⁵ Com base em meus próprios cálculos a partir de informações nos formulários fiscais 990.



pesquisados fizeram contribuições acima de US\$ 2.700, em comparação com apenas 0,1% da população adulta dos EUA, e 12 deram mais de US\$ 2,25 milhões durante o ciclo eleitoral de 2016, classificando-os entre os 100 maiores doadores políticos nos Estados Unidos. Dos 2.411 membros de conselhos que fizeram contribuições, 1.422 deles, ou 59%, deram predominantemente a candidatos democratas e liberais e organizações políticas; 778, ou 32%, predominantemente deram a candidatos republicanos e conservadores e organizações políticas; enquanto 209, ou 9%, deram pelo menos 33% de suas contribuições a candidatos e organizações identificadas com os principais partidos e orientações políticas. O total de todos os registros de contribuição encontrados foi de US\$ 212.405.877. Desse total, US\$ 121.328.349, ou 57%, foram para candidatos e organizações democratas e liberais, enquanto US\$ 89.218.586, ou 42%, foram para candidatos e organizações republicanos e conservadores.

A extensão da interface entre o mecenato cultural e o financiamento de campanhas revelada por este estudo levanta questões significativas para o campo da arte. Organizações artísticas privadas, sem fins lucrativos e governadas por patrocinadores ricos servem para legitimar o governo por e para os membros mais ricos da sociedade? As atividades políticas e a influência dos conselheiros de organizações artísticas são consistentes com a tutela de nossa herança cultural coletiva? Essas questões não são novas, mas assumem uma nova urgência à medida que aumenta a influência política da riqueza altamente concentrada nos Estados Unidos; e à medida que um número crescente de políticos promove o nacionalismo e a intolerância para garantir o apoio dos eleitores para a governança plutocrática, atacando os direitos civis e as liberdades dos quais dependem não apenas as artes, mas uma sociedade aberta e democrática.

Este livro desenvolveu-se a partir de meu horror ao descobrir partidários de políticos radicais de direita servindo nos conselhos de organizações artísticas com as quais trabalho, cujas missões são diretamente ameaçadas pelas políticas que esses políticos avançam. Descobri que esse horror era compartilhado por outros membros da comunidade artística — e compartilhado ampla e profundamente o suficiente para encontrar apoio para este livro com uma organização artística, dois patrocinadores da arte e uma imprensa acadêmica altamente respeitada. Entretanto, à medida que a pesquisa para o livro se desenvolvia, fiquei cada vez mais convencida de que a ascensão de políticos radicais de direita, bem como sua elevação ao poder político por uma minoria de eleitores,

devem ser entendidas como sintomas das desigualdades estruturais cada vez mais arraigadas da sociedade americana. Muitos desses políticos radicais de direita fizeram campanha como "populistas", investindo contra as elites políticas, culturais e até econômicas. Porém, as políticas plutocráticas que seguiram após as eleições revelam que essas plataformas "populistas" nada mais são do que um meio cínico de garantir o poder político. Contudo, deve-se reconhecer que a direita radical subiu ao poder explorando a raiva e o desespero de pessoas que foram marginalizadas pelas principais correntes dos dois principais partidos políticos, que respondem cada vez mais apenas aos interesses dos ricos e de seus negócios. Esses eleitores foram marginalizados cultural, econômica e politicamente por uma sociedade plutocrática e suas instituições, incluindo muitas instituições culturais.⁶

Como uma artista que se beneficia diretamente dessas instituições culturais e que enfrenta a generosidade e o serviço de seus conselheiros e patrocinadores, empreendi este projeto com um senso de urgência e ansiedade. Acredito que as instituições culturais podem e devem desempenhar um papel importante nas sociedades democráticas, como repositórios públicos de uma comunidade complexa e heterogênea, patrimônio cultural efetivo e como espaços onde vozes divergentes podem entrar em diálogo público. Na verdade, essa crença ecoa as declarações de missão de muitas das organizações artísticas pesquisadas neste estudo. Também acredito que essas instituições e sua capacidade de cumprir seu papel nas sociedades democráticas enfrentam ameaças terríveis. Essas ameaças derivam não apenas de propostas radicais de direita para reduzir seus benefícios fiscais ou, de forma alternativa, reprimir e desregular suas atividades políticas. Nem derivam apenas da ameaça a uma sociedade aberta, tolerante e diversa representada por políticos que minam os direitos e liberdades civis e atacam jornalistas e artistas. Elas também derivam da ameaça mais ampla à própria democracia que é representada pelas desigualdades econômicas e políticas enraizadas, que se tornaram o terreno fértil para a polarização política e o extremismo. Essa ameaça não é apenas externa às organizações artísticas, mas também pode ser encontrada na própria estrutura de sua governança e apoio, e no sistema econômico que transforma muitos em suplicantes perpétuos e beneficiários gratos de riqueza altamente concentrada.

⁶ Para uma análise do papel desempenhado pela cultura e educação nas eleições de 2016, ver meu ensaio "Rumo a uma resistência reflexiva", X-TRA 20, no. 2 (inverno de 2018): 21-37.

No entanto, também temo que este projeto possa representar suas próprias ameaças para as organizações artísticas e suas missões: a ameaça de alimentar a polarização política e o extremismo em suas órbitas, e de politizar — ou politizar ainda mais — as organizações que se esforçam para ficar acima da briga política. Claro que a ameaça mais óbvia e imediata é alienar os patronos de cujo serviço voluntário e generosidade quase todas as organizações artísticas dos Estados Unidos dependem. Nada pode ser mais irritante, ou doloroso, do que ter suas boas intenções questionadas, sobretudo por aqueles que se pretende ajudar. Embora a linguagem política e sociológica e a análise desta introdução me obriguem a caracterizar grupos e indivíduos como “os ricos”, estou ciente de que esse termo reduz diversos indivíduos com vidas, interesses, atributos, atitudes e recursos variados a categorias homogêneas, esvaziando-os de sua humanidade plena. Também estou ciente de que nem todos os membros de conselhos pesquisados para este livro se enquadram nessas categorias, ou na de “patrono”, já que esses conselhos também incluem artistas, acadêmicos, voluntários e defensores da comunidade, profissionais de museus e administradores acadêmicos e vários funcionários públicos. Este projeto, que exigiu a pesquisa de milhares desses membros de conselhos, aumentou muito meu apreço por seus serviços voluntários e a extensão e profundidade de seus compromissos com suas organizações e com as artes. Minha esperança é que pelo menos alguns dos sujeitos deste estudo estejam abertos a considerar seus papéis no contexto político e econômico que eles enquadram.

Embora esta publicação se concentre em patrocinadores políticos e culturais e seu patrocínio, a influência do dinheiro na política e na arte não é apenas uma questão de oferta, mas também de demanda. A arrecadação de bilhões de dólares por políticos e Comitês de Ação Política tornou-se necessária devido ao preço exorbitante das campanhas políticas, com a vasta maioria dos fundos sendo paga a veículos de mídia para propaganda política e a legiões crescentes de consultores políticos, advogados, firmas de relações públicas e, é claro, angariadores de fundos. Da mesma forma, os bilhões de dólares arrecadados por organizações artísticas sustentam uma indústria de diretores de museus frequentemente bem pagos e outros administradores de arte, curadores, estudiosos, arquitetos e firmas de construção de ponta, transportadores de arte e seguradoras e, é claro, os projetos ambiciosos e produtos caros de artistas como eu, cujos preços exorbitantes aumentam significativamente o custo de desenvolvimento, seguro e

gestão das coleções de museus e programas. Artistas, profissionais de museus e patronos devem considerar se seus interesses específicos, pessoais, artísticos, profissionais e econômicos nesses sistemas são consistentes com seus interesses como cidadãos de uma sociedade aberta e democrática.

Conjuntos de dados e processo de pesquisa

As 128 organizações artísticas pesquisadas neste livro estão distribuídas em todos os 50 estados e no distrito de Columbia. Os critérios de seleção incluíram receita total de pelo menos US\$ 2,5 milhões e algum envolvimento com arte contemporânea. Em alguns casos, esses critérios foram ampliados para incluir uma organização em todos os estados. O Museu Shelburne, em Vermont, é identificado de maneira mais proeminente com o artesanato do que com a arte. O Museu Nacional de Arte da Vida Selvagem, em Wyoming, exibe arte contemporânea da vida selvagem e recentemente apresentou o portfólio de *Espécies Ameaçadas* de Andy Warhol. As maiores organizações envolvidas com arte contemporânea em Idaho, Dakota do Norte, Tennessee e Montana, o estado em que nasci, relataram orçamentos operacionais de menos de US\$ 2,5 milhões em 2014-2015, assim como algumas outras organizações incluídas.

Polêmicas de filantropia e plutocracia poderiam ter sido melhor atendidas focalizando apenas as organizações artísticas mais ricas. Como os Estados Unidos como um todo, a riqueza das organizações artísticas dos EUA é altamente concentrada, com as 10 organizações mais ricas, ou 7,8%, absorvendo 58% da receita total de todas as organizações incluídas neste estudo.⁷ O estudo mostra uma correspondência clara entre as receitas totais das organizações e as contribuições políticas totais feitas por seus conselheiros. Os 10 conselhos que fazem as maiores contribuições políticas totais representam 6 das 10 organizações mais ricas incluídas. No entanto, há uma correspondência mais clara entre o total de contribuições políticas dos conselhos e a riqueza dos estados em que estão localizados, com todos os 10 principais conselhos

⁷ Uma amostra maior revelaria níveis ainda mais elevados de concentração. Um estudo das receitas dos museus de arte no ano 2000 descobriu que os 20% maiores museus de arte controlavam 95% das receitas totais do campo, enquanto o 1% do topo controlava quase a metade. Kevin F. McCarthy, et. al., “A Portrait of the Visual Arts: Meeting the Challenges of a New Era”, Santa Monica: Rand Corporation, 2005.



contribuintes representando organizações localizadas em apenas quatro dos cinco estados mais ricos — Califórnia, Texas, Nova York e Illinois.

A distribuição de recursos e organizações artísticas nos Estados Unidos pode ser considerada como outro ponto dos dados na pesquisa pós-eleitoral que mostrou um alto grau de correspondência entre preferências culturais, riqueza regional, tamanho da população e orientação política.⁸ As maiores e mais ricas organizações neste estudo estão todas concentradas em ricos estados azuis (votação democrata) ou cidades azuis em estados vermelhos (votação republicana). Essas distribuições, assim como os padrões de votação, parecem corresponder intimamente ao tamanho da população, com 70% das organizações neste estudo localizadas em áreas metropolitanas com populações acima de 250.000 e 72% em distritos representados por um democrata na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos. Apenas nove organizações, ou 7%, localizadas em comunidades com população inferior a 50.000 habitantes, incluindo o Dia Art Beacon, em Nova York; o parque de esculturas Storm King, em New Windsor, Nova York; e museus nas comunidades de férias afluentes de Aspen, Colorado, Park City, Utah e Jackson, Wyoming. Só 18% das organizações neste estudo estão em estados e distritos representados *exclusivamente* por republicanos no Congresso dos EUA.

No entanto, a relação entre a orientação política dos conselhos e as comunidades em que estão inseridos é mais complexa. Alguns dos conselhos mais vermelhos, em termos de contribuições totais, senão porcentagens de conselheiros, são encontrados em algumas das cidades e estados mais azuis do país, enquanto muitos conselhos em estados vermelhos inclinam-se significativamente para a esquerda de seu estado e, em alguns casos também, populações. Nesses casos, a orientação política parece corresponder mais de perto à riqueza do que a qualquer outro fator.

O terceiro e mais fundamental critério na seleção das organizações artísticas incluídas neste estudo é que a responsabilidade substancial pela organização seja exercida por um conselho. Normalmente, é um conselho de administradores, mas também pode ser chamado de conselho de diretores, governadores ou superintendentes. Uma porcentagem significativa dos museus e galerias não comerciais envolvidos com a arte contemporânea nos Estados Unidos é de programas de faculdades e universidades.

⁸ Veja, por exemplo, Kathleen R. McNamara, “Bringing Class Back In: Cultural Bubbles and American Political Polarization”, Seminário “Estado e Capitalismo desde 1800”, Centro para Estudos Europeus, Universidade de Harvard, 10 de março, 2017.

Muitos deles não têm conselhos independentes, portanto, não puderam ser incluídos neste estudo. O CCA Wattis Institute for Contemporary Arts, parte do California College of the Arts e um dos co-editores deste livro, enquadra-se nesta categoria. Contudo, nos casos em que a maior e mais ativa organização envolvida com arte contemporânea em um estado é afiliada a uma faculdade ou universidade — como Utah (o Museu de Belas Artes, de Utah) e Rhode Island (Museu da Escola de Design, de Rhode Island) —, conselhos com papéis e responsabilidades um tanto diferentes foram incluídos. Em outros casos, como o Museu Anchorage, em Rasmuson, a Galeria de Arte Henry, o Museu Solomon R. Guggenheim, os conselhos incluídos são aqueles de associações ou fundações constituídos separadamente que apoiam financeiramente a organização artística e geralmente também estão envolvidos na governança. Em alguns outros casos, como no Hammer Museum e no Institute of Contemporary Art, de Boston, foram incluídas dois conselhos afiliados a uma organização.

Não foi possível determinar as funções e responsabilidades específicas de todos os conselhos incluídos, e estes podem variar significativamente em alguns casos. Embora a maioria dos conselhos pesquisados neste livro atue como a autoridade governamental final de suas organizações, alguns não o fazem. Isso inclui conselhos consultivos e de fundações criadas para apoiar, mas não para organizações afiliadas. Eles também podem incluir conselhos das poucas organizações representadas aqui que se identificam como propriedade do estado e da cidade, incluindo o Museu de Arte da Geórgia, o Museu de Arte do Novo México, o Museu de Arte da Carolina do Norte, o Museu de Belas Artes de Utah, o Museu de Belas Artes da Virgínia e o Museu de Arte de Birmingham. Muitas outras organizações neste livro identificam-se como "parcerias" de propriedade pública, mas governadas, incluindo a Galeria de Arte Nacional, o Museu e Jardim de Esculturas de Hirshhorn e muitos museus identificados com municípios, como os membros das Instituições Culturais da cidade de Nova York. Embora esses conselhos atuem como a autoridade governamental final de suas organizações, muitos incluem funcionários públicos que atuam *ex officio* — por direito ao cargo. Das 128 organizações artísticas incluídas neste estudo, 23 têm funcionários públicos servindo como *ex officio* ou membros nomeados do conselho, enquanto outras 6 identificam funcionários públicos servindo como membros honorários ou não especificados. (*Ex officio* e membros honorários do conselho podem ou não ter direito a voto, dependendo dos estatutos das

organizações.) Além disso, a maioria das organizações artísticas pesquisadas para este livro é afiliada a faculdades e universidades, têm administradores acadêmicos e, em alguns casos, professores e representantes dos alunos servindo em seus conselhos. No entanto, a maioria das organizações artísticas pesquisadas — incluindo algumas com apoio substancial e propriedade do setor público, como o Museu de Arte do Condado de Los Angeles — parece ser governado de forma inteiramente privada, sem indicação de representação pública em seus conselhos.

Depois que essas 128 organizações artísticas foram selecionadas, os nomes dos membros dos conselhos foram compilados, um processo que resultou em um conjunto de dados de 5.458 membros individuais, incluindo cerca de 150 atuando em vários conselhos. Na maioria dos casos, os nomes foram compilados a partir de listas disponíveis em sites de museus entre maio e agosto de 2017. Em alguns casos, as listas foram compiladas a partir dos relatórios anuais disponíveis mais recentes – ou *Form 990* (formulários de impostos)⁹ – ou fornecidos por organizações a pedido. Alguns dos conselheiros incluídos no livro podem não ter sido membros de conselhos quando as contribuições políticas associadas a seus nomes foram feitas. Também há pessoas que serviram nesses conselhos em 2016, mas deixaram o cargo antes de nossa pesquisa, e que não estão representadas neste livro, ou não associadas com o conselho em que atuaram durante o ciclo eleitoral de 2016.¹⁰ Como a maioria dos conselheiros muda, algumas dessas listas de membros provavelmente estarão desatualizadas na época da publicação deste estudo.

A maioria dos registros de contribuições políticas deste livro foi coletada em pesquisas automatizadas no banco de dados online da Comissão Eleitoral Federal dos EUA (FEC). Mais de 48 milhões de contribuições políticas, totalizando US\$ 6,8 bilhões, foram informadas à FEC no ciclo eleitoral de 2016 (2015-2016) — aproximadamente uma contribuição para cada sete cidadãos dos EUA e mais do que o dobro dos 19,5 milhões de contribuições informadas em 2011-2012. O crescimento exponencial das contribuições políticas pode refletir uma série de fatores. Isso inclui a proliferação de Comitês de Ação Política (PACs) e super PACs com a redução das restrições de financiamento de

⁹ N.T.: O Formulário 990 é utilizado pelas organizações sem fins lucrativas, com direito à isenção de impostos, para apresentarem sua declaração do IR nos EUA.

¹⁰ N.T.: A autora refere-se à primeira parte da análise de dados que segue à introdução da obra, denominada *Board Members by Arts Organization* (Membros de Conselhos a partir de Instituições de Arte), na qual os conselhos são listados a partir das instituições nas quais fazem parte.

campanha após *Citizens United vs. Federal Election Commission*¹¹ e outras decisões recentes da Suprema Corte. Também pode refletir o crescimento da arrecadação de fundos com base na Internet, que aumentou o número de pessoas que fazem contribuições políticas, bem como o número de contribuições que fazem, com muitos indivíduos assinando até fazer contribuições mensais recorrentes, muitas vezes de pequenas quantias. Também pode refletir o alto grau de engajamento no ciclo eleitoral de 2016, especificamente.

As pesquisas automatizadas do banco de dados do FEC, tanto do ciclo eleitoral de 2016 (2015-2016) quanto dos ciclos eleitorais de 2018 (2017 até a data da publicação deste estudo), retornaram quase 500.000 registros vinculados a cerca de 65% dos 5.458 nomes pesquisados. Esses registros foram revisados individualmente para determinar quais contribuições foram feitas pelos conselheiros e quais foram feitas por outras pessoas com nomes semelhantes. Em um processo que levou centenas de horas, cada nome que retornou um registro FEC foi pesquisado na internet. Nos poucos casos em que conselheiros estavam cadastrados com ocupação ou com dados do FEC, esse processo era rápido. Na maioria dos casos, várias pesquisas foram feitas para determinar a ocupação ou o empregador do conselheiro para corresponder aos registros FEC. Mais desafiadoras foram as instâncias em que as informações sobre ocupação ou empregador não apareciam nos registros FEC. A tradição contínua de serviço voluntário em conselhos por aposentados e mulheres que não têm emprego pode ser responsável pelo grande número de resultados para pessoas que se identificam como "donas de casa", "aposentadas" ou "não empregadas". Nestes casos, foram feitas tentativas de determinar os nomes dos cônjuges dos membros do conselho, a fim de coincidir com as informações de endereço nos registros da FEC, um processo facilitado pelo fato do patrocínio da arte muitas vezes ser uma atividade de casais. Também foi facilitado em casos — principalmente no Sul e no Nordeste — em que as mulheres dos conselhos eram listadas pelo primeiro nome dos

¹¹ N.T.: Decisão história da Suprema Corte dos Estados Unidos, em 2010, acerca do financiamento de campanhas. O caso surgiu depois que *Citizens United*, uma organização conservadora sem fins lucrativos, procurou veicular um filme crítico à candidata presidencial democrata Hillary Clinton pouco antes das eleições primárias democráticas de 2008, violando a legislação eleitoral norte-americana. Segundo a decisão da Suprema Corte, ficou estabelecido que a cláusula de liberdade de expressão da Primeira Emenda proíbe o governo de restringir as despesas independentes com comunicações políticas por parte de corporações, incluindo corporações sem fins lucrativos, sindicatos, e outras associações. Ver: Gabriel Wedy e Juarez Freitas, "Eleições nos EUA podem afetar financiamento de campanha", Consultor Jurídico, 25 de julho de 2015, disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2015-jul-25/eleicoes-eua-podem-afetar-financiamento-campanha> >.



maridos. Outro desafio foi colocado pelo serviço de várias gerações no mesmo conselho, principalmente no Meio Oeste, exigindo que distinguíssemos pais, filhos e às vezes até netos com nomes semelhantes. Primeiramente, buscamos contribuições condizentes com a cidade e estado da instituição atendida pelo conselheiro. No entanto, também buscamos contribuições de conselheiros que podem residir em outros estados, particularmente Flórida, Colorado, Arizona, e — com membros dos conselhos da cidade de Nova York — Connecticut. Quando pudemos vincular com segurança o endereço de contribuição a um conselheiro, isso também nos permitiu vincular as contribuições feitas em endereços secundários da mesma pessoa. Concluímos então com uma busca manual dos registros FEC para os nomes, incluindo variações dos mesmos, que não retornou nenhum registro confirmado na busca automática.

O processo de revisão dos registros de contribuição da FEC também revelou um quadro complexo de conselheiros em organizações artísticas dos Estados Unidos, com variações significativas por região, tipo e riqueza de organização. Eles variaram desde os conselhos de museus locais do Meio Oeste até os conselhos nacionais e até internacionais dos maiores museus de Nova York; desde os conselhos da indústria do entretenimento de Los Angeles aos conselhos de Miami dominados por pessoas da hospitalidade e do mercado imobiliário, aos conselhos do Meio Oeste cheios de executivos de varejo e manufatura. Com alguns, nossas buscas foram facilitadas por um copioso registro de cobertura de colunas sociais e fotografias de gala de museus. Com outros conselhos, a confirmação foi encontrada nas biografias de diretores corporativos e sócios de escritórios de advocacia, ou nos “perfis executivos” da Bloomberg.com. Para outros conselhos, perfis de líderes comunitários e voluntários na imprensa local serviram como nossa principal fonte.

O conjunto de dados resultante deste processo deve ser apresentado com qualificações. Apesar de registrar centenas de horas para tentar distinguir as contribuições políticas feitas por conselheiros daquelas feitas por outras pessoas com nomes semelhantes, não podemos ter certeza de que não identificamos incorretamente algumas contribuições. Podemos ter certeza de que não capturamos todas as contribuições políticas relatadas por todos os conselheiros pesquisados. Mas, mesmo que o tivéssemos, essas contribuições ainda apresentariam um quadro incompleto do gasto político total, que poderia estar associado aos conselheiros de outras organizações artísticas. Não

incluem contribuições feitas por cônjuges, parceiros domésticos ou outros membros da família, que podem ser a fonte de riqueza compartilhada e mais ativos politicamente. Eles não incluem contribuições feitas por meio de organizações sem fins lucrativos e que podem ser controladas por conselheiros. E não incluem o "dinheiro obscuro" que flui por meio de organizações "501 (c) (4)"¹² e outras "organizações sem fins lucrativos políticas", que estão isentas de requisitos de divulgação.

2016 em Museums, Dinheiro e Política é composto por duas seções principais. A primeira delas, "Membros do Conselho por Organização das Artes", lista cada uma das 128 organizações pesquisadas para o livro e os membros de seus conselhos. Essas organizações são listadas por estado e, dentro de cada estado, por nome. Cada lista inclui o endereço da organização e um valor em dólares indicando sua escala financeira — na maioria dos casos, receita total. Os membros do Congresso dos Estados Unidos que representam o estado e distrito em que a organização está localizada são fornecidos para contexto político. Além disso, é incluído o valor total de todas as contribuições políticas prováveis feitas por seus conselheiros entre janeiro de 2015 e setembro de 2017. Um gráfico de pizza mostra as porcentagens de conselheiros que fizeram essas contribuições e sua orientação partidária ou ideológica. Pontos codificados por cores indicam a orientação partidária ou ideológica de contribuições prováveis encontradas para membros individuais do conselho. A segunda seção, "Contribuições políticas por nome do doador", lista, em ordem alfabética pelo sobrenome, cada membro do conselho para quem os registros de contribuições políticas prováveis foram encontrados, juntamente com os registros de suas contribuições prováveis. Esses registros de contribuições são incluídos quando correspondem ao nome, ou variações no nome de um conselheiro, bem como outras informações de identificação, incluindo endereço, ocupação e empregador. No entanto, todas as contribuições são listadas como "prováveis" porque a identificação não poderia ser com certeza absoluta em todos os casos. Detalhes adicionais sobre as informações incluídas nessas seções podem ser encontradas nas respectivas introduções. Uma seção final apresenta resumos dos dados compilados nessas duas seções, juntamente com alguns dados adicionais.

¹² N.T.: "Uma organização 501 (c) (4) é uma organização de bem-estar social, como uma organização cívica ou uma associação de bairro." Ver: [https://pt.qaz.wiki/wiki/501\(c\)_organization#501\(c\)\(4\)](https://pt.qaz.wiki/wiki/501(c)_organization#501(c)(4))



O restante desta introdução visa fornecer contexto para os dados neste livro. Considera-se a pesquisa contemporânea sobre a influência política dos abastados e endinheirados; as mudanças na lei de financiamento de campanha que abriram as comportas de contribuições políticas; e a história da filantropia, museus de arte e tutela nos Estados Unidos. Não fornecemos análises adicionais dos dados em si. Essa análise é deixada para o leitor.

PLUTOCRACIA E FILANTROPIA

Plutocracia na América

O ano de 2016 pode ser lembrado pelos historiadores como o ano em que os Estados Unidos perderam toda a pretensão de ser uma democracia e se revelaram uma plutocracia real e existente: o ano em que uma minoria de eleitores foi cúmplice de um sistema de Colégio Eleitoral antidemocrático estabelecido para proteger o poder político dos proprietários de escravos, elevando à presidência um bilionário sem experiência política que nomeou secretários de gabinete e conselheiros com um patrimônio líquido coletivo de mais de US\$ 30 bilhões — o mais rico da história dos EUA.¹³ O ano de 2017 pode ser lembrado como o ano em que a plutocracia foi plenamente implantada, já que esse governo passou a atacar jornalistas e a imprensa livre; fechar escritórios de ética e supervisão do governo; nomear executivos de negócios para dirigir as agências governamentais que regulam seus antigos setores; apoiar políticas e práticas que dificultam o voto de muitas pessoas: dismantelar as proteções e regulamentações trabalhistas, ambientais, financeiras e do consumidor amplamente populares entre todos, exceto lobbies empresariais e grupos de reflexão conservadores; e pressionar profundamente uma legislação impopular para revogar uma lei de saúde que segurou 20 milhões de americanos. Enquanto escrevo isto, o Congresso dos Estados Unidos, controlado pelos republicanos, está trabalhando para aprovar uma legislação que reduziria drasticamente os impostos para empresas e os ricos, ao mesmo tempo que elimina deduções que colocam a casa própria e o ensino superior um pouco menos fora

¹³ Bess Levin, “Top Trump Candidate: Plutocracy Is Just What America Needs”, Vanity Fair, 28 de dezembro, 2016.

do alcance dos cidadãos de renda média. Embora muitas pesquisas apontem o apoio público para a Lei de Reduções de Impostos e Empregos de 2017 em menos de 33%, é amplamente relatado como uma das principais prioridades dos principais doadores políticos, que ameaçam reter fundos se cortes de impostos significativos não forem promulgados pelos republicanos no Congresso.¹⁴

Embora a eleição de 2016 possa ter transformado "plutocracia" em um termo de tendência acentuada, os cientistas sociais estabeleceram que o governo dos EUA tem sido desproporcionalmente responsivo aos seus cidadãos mais ricos desde muito antes do ciclo eleitoral de 2016. Uma série de estudos, incluindo "Unequal Democracy", de Larry M. Bartels (2008, 2016), "Affluence and Influence", de Martin Gilens (2012), "Plutocracy in America", Ronald P. Formisano (2015), e artigos de Gilens e Benjamin Page, entre outros, forneceram evidências empíricas para o que muitos nos Estados Unidos há muito consideram: que as preferências dos cidadãos comuns "têm apenas um impacto minúsculo, próximo de zero, estatisticamente não significativo sobre as políticas públicas".¹⁵ Em vez disso, os cientistas sociais encontraram uma capacidade de resposta cada vez maior do governo aos poderosos interesses comerciais e a uma pequena minoria de cidadãos ricos, com a desigualdade política correspondendo de perto aos níveis dramaticamente crescentes de desigualdade econômica nas últimas quatro décadas. A democracia, como governo pelo povo por meio de um sistema de representantes eleitos, requer não apenas eleições, mas "a capacidade de resposta contínua do governo às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais".¹⁶ Ao invés disso, os Estados Unidos tornaram-se um país com níveis de desigualdade política que "questionam o caráter democrático de nossa sociedade".¹⁷

Considerando uma série de fatores que podem explicar a influência política dos ricos, incluindo a participação política, Gilens descobriu que, embora os americanos de baixa renda tenham muito menos probabilidade de votar e se voluntariar em campanhas políticas, os níveis de participação política entre os estadunidenses ricos e de renda média

¹⁴ Rebecca Savransky, "Graham: Financial contributions will stop if GOP doesn't pass tax reform", The Hill, 9 de novembro, 2017.

¹⁵ Martin Gilens e Benjamin Page, "Testing Theories of American Politics: Elites, Interest Groups, and Average Citizens", *Perspectives of Politics* 12, no.3 (2014): 575.

¹⁶ Robert Dahl, citado por Martin Gilens em "Affluence and Influence: Economic Inequality and Political Influence in America" e por Larry M. Bartels em "Unequal Democracy: The Political Economy of the New Gilded Age."

¹⁷ Gilens and Page, p.577; Gilens, citado em Bartels, "Unequal Democracy", p.345.

são basicamente os mesmos em todos os aspectos, exceto um: os ricos são significativamente mais propensos a doar dinheiro para causas políticas. Doar dinheiro é o único aspecto da participação política que reflete a desigualdade política que ele encontrou. Gilens conclui que o dinheiro "é a raiz da desigualdade representacional e, à medida que as campanhas políticas se tornaram mais caras ao longo das décadas, a capacidade de resposta àqueles que fornecem os recursos necessários aumentou".¹⁸ Ao mesmo tempo, a crescente desigualdade de renda concentrou cada vez mais os meios de fornecer esses recursos nas mãos dos cidadãos mais ricos. No ciclo eleitoral de 2016, a quantia dada pelos 3.000 doadores que deram US\$ 100.000 foi meio bilhão de dólares a mais do que o total dado pelos 1,4 milhão de doadores que deram US\$ 200 a US\$ 2.699.¹⁹

Outros pesquisadores, incluindo Bartels, investigaram ainda mais a ligação entre desigualdade econômica e desigualdade política. Embora a desigualdade de renda e a concentração de riqueza sejam frequentemente representadas como resultado de forças econômicas e sociais, como a globalização e a mudança tecnológica, Bartels apresenta evidências convincentes de que "a desigualdade econômica é, em grande parte, um fenômeno político"²⁰, influenciada diretamente pela tributação, leis trabalhistas e uma ampla gama de políticas que afetam a lucratividade de negócios e ocupações específicas. Para Gilens, o fato de que "os americanos ricos tendem a apoiar as políticas econômicas das quais tanto se beneficiaram (aumenta) a perspectiva perturbadora de um ciclo vicioso no qual a crescente desigualdade econômica e política se reforça mutuamente".²¹

O forte aumento no número e na quantidade de contribuições de campanha nos últimos dois ciclos de eleições gerais também pode ser entendido como um fenômeno político. Ele tem sido diretamente vinculado a duas decisões da Suprema Corte aprovadas por uma maioria conservadora de nomeados republicanos, que anulou decisões anteriores de tribunais mais moderados. Em 2010, *Citizens United v. Federal Election Commission* eliminou a maioria dos limites nas contribuições corporativas e sindicais para Comitês de Ação Política que não se coordenam diretamente com as campanhas políticas, que são conhecidos como super PACs. Em 2014, *McCutcheon v. Federal Election*

¹⁸ Gilens, "Affluence and Influence", p.10, 239.

¹⁹ "Donor Demographics", Opensecrets.org, janeiro de 2018.

²⁰ Bartels, "Unequal Democracy", p.3.

²¹ Gilens, "Affluence and Influence", p.252.

*Commission*²² manteve o limite de US\$ 2.700 sobre o que um indivíduo pode dar diretamente a um único candidato por ciclo eleitoral, mas eliminou os limites sobre o valor total dessas contribuições por ciclo eleitoral, permitindo que os indivíduos dessem o valor máximo para um número ilimitado de candidatos.

Em argumentos apoiados por alguns libertários civis que também defenderam os direitos da Primeira Emenda de artistas e museus, *Citizens United* derrubou as restrições de financiamento de campanha com base na Primeira Emenda, equiparando dinheiro a discurso e restrições a gastos políticos com restrições à expressão política. No entanto, como o acadêmico jurídico Richard Hasen apontou, a mudança dramática representada pelo *Citizens United* não foi a equação de dinheiro e discurso, mas o estreitamento significativo dos fundamentos sobre os quais o governo deveria restringir o dinheiro como palavra.²³ Em decisões anteriores, mais notavelmente *Buckley v. Valeo* (1976), a Suprema Corte considerou que os limites do financiamento de campanha eram "armas legislativas apropriadas contra a realidade ou aparência de influência imprópria decorrente da dependência dos candidatos de grandes contribuições de campanha". Eles serviram a um "interesse governamental básico em salvaguardar a integridade do processo eleitoral". Eles serviram a esse interesse evitando não apenas a corrupção *quid pro quo* (a troca direta de um ato oficial por dinheiro), mas a "aparência de influência imprópria", que "também é crítica ... se a confiança no sistema de governo representativo é para não sofrer uma erosão desastrosa."²⁴ Com *Citizens United*, o Tribunal decidiu que apenas a corrupção *quid pro quo* ou sua aparência poderia justificar os limites de financiamento de campanha. O Tribunal também distinguiu nitidamente a corrupção de influência, acesso e "incentivo", ao mesmo tempo que rejeitou argumentos de que a "aparência de influência ou acesso" "faria com que o eleitorado perdesse a fé em nossa democracia".²⁵

²² N.T.: Shaun McCutcheon, empresário e doador tradicional do Partido Republicano. O caso, de 2014, foi outra decisão histórica da Suprema Corte dos EUA sobre financiamento de campanha. A decisão considerou inconstitucional a Seção 441 do *Federal Election Campaign Act* (FECA), que impôs um limite às contribuições que um indivíduo pode fazer durante um período de dois anos às comissões nacionais de partidos e candidatos federais. Ver: https://en.wikipedia.org/wiki/McCutcheon_v._FEC

²³ Richard L. Hasen, "The Corruption Distortion", *Plutocrats United: Campaign Money, the Supreme Court, and the Distortion of American Elections* (New Haven: Yale University Press, 2016), 15-36.

²⁴ *Buckley v. Valeo*, 424 US 1 (1976), 3, 27.

²⁵ *Citizens United v. Federal Election Commission*, 558 US 92010), 44-45

O presidente da Suprema Corte, Roberts²⁶, em sua opinião para o Tribunal sobre o caso *McCutcheon*, levou esses argumentos ainda mais longe, equiparando a relação entre doadores e donatários ao próprio processo democrático. Ele argumentou que “a regulamentação governamental pode não ter como alvo a gratidão geral que um candidato pode sentir por aqueles que o apoiam ou seus aliados, ou o acesso político que tal apoio pode oferecer. 'Bajulação e acesso não são corrupção.' Eles incorporam uma característica central da democracia – que os constituintes apoiam candidatos que compartilham suas crenças e interesses, e os candidatos eleitos devem responder a essas preocupações”.²⁷

Na medida em que Roberts vê qualquer ameaça ao processo democrático em um sistema de campanhas políticas financiadas por grandes doadores, ele parece concluir que as leis de divulgação são suficientes para “deter a corrupção real e evitar a aparência de corrupção, expondo grandes contribuições e despesas à luz da publicidade.”²⁸ Essas leis atualmente exigem que os candidatos, partidos, PACs e super PACs relatem contribuições superiores a US\$ 200 (por indivíduo) à Comissão Eleitoral Federal, que disponibiliza esses registros em seu site. Roberts menciona até *Opensecrets.org* e *FollowTheMoney.org*, que complementam o FEC analisando seus dados. Mas ele não faz nenhuma menção à quantidade significativa de gastos políticos que encontrou seu caminho em torno dessas leis de divulgação, fluindo através de organizações sem fins lucrativos que não são obrigadas a divulgar seus contribuintes, incluindo as organizações 501 (c) (4)²⁹, 501 (c) (5)³⁰ e 501 (c) (6)³¹, que podem usar até 50% de suas receitas para apoiar ou se opor a candidatos. *Opensecrets.org* relata um total de mais de US\$ 160 milhões tidos como “dark money”³² foram gastos no ciclo eleitoral de 2016.³³ Roberts também não considera a

²⁶ N.T. John Glover Roberts, Jr., indicado por George Bush para o cargo em 2005.

²⁷ *McCutcheon v. Federal Election Commission*, 572 US (2010), 2.

²⁸ *Ibid.*, 35, citando *Buckley v. Valeo*.

²⁹ N.T.: Ligas cívicas, organizações de assistência social e associações locais de empregados.

³⁰ N.T.: Organizações trabalhistas, agrícolas e de Horticultura.

³¹ N.T.: Ligas empresariais, câmaras de comércio, câmaras imobiliárias.

³² N.T.: Na política norte-americana, “dark money” refere-se a gastos políticos de organizações sem fins lucrativos que não são obrigadas a revelar os seus doadores. Como tais organizações podem receber doações ilimitadas, seus doadores podem gastar fundos para influenciar eleições, sem que os eleitores saibam de onde veio o dinheiro.

³³ *Political Nonprofits (Dark Money) OpenScrecrets.org*. Esta estimativa pode ser muito baixa. Em janeiro de 2015, o *New York Times* informou que a rede política supervisionada pelos irmãos conservadores Koch planejava gastar cerca de US\$ 900 milhões no ciclo eleitoral de 2016. Este gasto pode ter sido reduzido devido à falta de entusiasmo pelo candidato republicano. Nicholas Cofessore, “Koch Brothers' Budget of \$889 Million for 2016 is on Par with Both Parties' Spending”, *New York Times*, 26 de janeiro, 2015. Em 29

"extensão desastrosa" em que a confiança no governo representativo diminuiu.³⁴ Essa confiança diminuída ameaça criar seu próprio ciclo vicioso de participação em declínio em um processo político que responde apenas às preocupações das corporações e de uma pequena minoria de doadores ricos.

Filantropia nos Estados Unidos da América

À medida que a questão da crescente desigualdade econômica e seu impacto na igualdade política avançava em várias frentes – da pesquisa de economistas e cientistas políticos aos protestos de *Occupy Wall Street* aos discursos do presidente Barack Obama e do papa Francisco – um colunista da revista de negócios Forbes opinou: "Estamos nos tornando uma plutocracia, não importa o que aconteça". Por quê? Porque "os verdadeiros plutocratas" não apenas "ajudam a fazer presidentes" e "derrotam ou aprovam legislação especial", eles também "constroem hospitais, alas de museus, doam universidades, bibliotecas, salas de música e muito mais". Consequentemente, qualquer corrupção do processo político "que possa resultar de sua influência é" ofuscada pela filantropia de caridade e pela criação e apoio de boas obras".³⁵

Nos últimos anos, porém, muitos começaram a considerar se a filantropia e as próprias instituições filantrópicas de administração privada podem representar uma corrupção do processo político democrático, pelo menos em algumas formas. As doações para caridade e as doações políticas foram legalmente separadas desde os anos 1950. O *Revenue Act* de 1954 criou uma série de categorias para organizações isentas de impostos. Estes incluem 501 (c) (4) para ligas cívicas e organizações de bem-estar social, 501 (c) (5) para organizações trabalhistas e 501 (c) (6) para ligas de negócios, que, conforme observado acima, podem usar alguns dos suas receitas para apoiar ou se opor a candidatos políticos. A maior categoria, entretanto, é a 501 (c) (3), que abrange organizações religiosas e educacionais de caridade e fundações privadas, incluindo a maioria das

de janeiro de 2017, a revista Fortune publicou um artigo da Associated Press, "Koch Political Network to Spend \$ 300M to \$ 400M Over 2 years", sobre os preparativos para as eleições de meio de mandato de 2018.

³⁴ "Public Trust in Government: 1958-2017", Pew Research Center, 3 de maio, 2017; "6. Perceptions of Elected Officials and the Role of Money in Politics", Pew Research Center, 23 de novembro, 2015; New York Times/CBS NEWS Poll, "Americans' Views of Money in Politics," New York Times, 2 de junho, 2015.

³⁵ Robert Lenzer, "We Are Becoming a Plutocracy No Matter What Obama Proposes Tomorrow," 26 de janeiro, 2014, forbes.com.

organizações artísticas. Como as outras categorias, as organizações 501 (c) (3) não são obrigadas a divulgar os nomes de seus contribuintes.³⁶ Ao contrário das outras categorias, elas são proibidas de endossar ou se opor a candidatos políticos com contribuições ou declarações públicas.³⁷

As preocupações sobre o papel das organizações filantrópicas nas sociedades democráticas, no entanto, são anteriores ao surgimento das organizações sem fins lucrativos políticas e vão além do impacto do “dark money” na política. Nos Estados Unidos, a suspeita da influência política e do impacto das organizações voluntárias e de caridade pode ser rastreada até a era colonial. O historiador Peter Dobkin Hall observa que os defensores da democracia do século XVIII, incluindo alguns redatores da Constituição dos EUA, viam todos os tipos de associações privadas “como instrumentos para promover os interesses privados às custas do povo, o bem comum” e o Estado democrático. As primeiras instituições religiosas e educacionais, incluindo Harvard e Yale, eram mantidas com subsídios do governo e governadas por “atores públicos”.³⁸ Com a ratificação da Constituição dos Estados Unidos, no entanto, algumas elites destituídas de poder pela emancipação de um número maior de cidadãos “recorreram à filantropia e associações voluntárias para promover pontos de vista e causas que não conseguiam reunir apoio popular nem alistar os recursos do governo”.³⁹ No entanto, a maioria dos estados fora da Nova Inglaterra tinha restrições legais significativas sobre organizações de caridade e doações de caridade.

As atitudes em relação à filantropia começaram a mudar no final do século XIX, quando os barões ladrões da Era Dourada se voltaram para doações em grande escala no contexto de agitação trabalhista generalizada, radicalização política e demandas pela

³⁶ Desde 1969, as organizações 501 (c) (3) foram obrigadas a apresentar relatórios anuais incluindo os nomes de seus conselhos diretivos. Eles foram obrigados a disponibilizar publicamente a declaração de imposto de renda 990 desde 2006.

³⁷ O *Internal Revenue Service* declara: “Para ser isento de impostos nos termos da seção 501 (c) (3) do Código da Receita Federal, uma organização ... pode não ser uma organização de ação, ou seja, não pode tentar influenciar a legislação como uma parte substancial de suas atividades e não pode participar em qualquer atividade de campanha a favor ou contra candidatos políticos.” As primeiras versões da Lei de cortes de impostos e empregos de 2017 incluíam uma repetição da lei de 1954, chamada Emenda Johnson, que proíbe o 501 (c) (3) x de atividades políticas. A revogação foi bloqueada pelos parlamentares do Senado por motivos técnicos, mas continua sendo uma prioridade da direita religiosa e de outros grupos conservadores.

³⁸ Peter Dobkin Hall, “Historical Perspectives on Nonprofit Organizations in the United States”, em *The Jossey-Bass Handbook of Nonprofit Leadership and Management*, Third Edition, edited by David O. Renz (San Francisco: Wiley, 2010), 3.

³⁹ Peter Dobkin Hall, “Philanthropy, the Nonprofit Sector, and the Democratic Dilemma”, *Daedalus*, *Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, 142, no. 2 (Primavera 2013): 140-41.

redistribuição de sua riqueza altamente concentrada por meio de impostos. Como afirma o historiador Robert Bremner, a filantropia desenvolveu-se nesse período menos como “a serva da reforma social do que como um substituto dela”, concebida como “um antídoto para propostas radicais de redistribuição de propriedade e um método de reconciliar os pobres e os ricos”.⁴⁰ Andrew Carnegie, fundador do Carnegie Museum of Art e de muitas outras instituições culturais e educacionais, bem como uma das primeiras grandes fundações privadas, emergiu como um dos principais defensores da filantropia. Em seu ensaio amplamente divulgado de 1889, “Riqueza” (mais tarde renomeado como “O Evangelho da Riqueza”), Carnegie argumentou que “o verdadeiro antídoto para a distribuição desigual temporária da riqueza” não é sua redistribuição aos trabalhadores, como defendido pelas lideranças das uniões trabalhistas, ou pelo Estado, como preconizado pelos socialistas, mas a redistribuição pelos próprios ricos. O “homem rico” será, portanto, visto como um “agente e conselheiro de seus irmãos mais pobres, trazendo a seu serviço sua sabedoria superior, experiência e capacidade de administrar, fazendo por eles melhor do que fariam ou poderiam fazer por si próprios”. E com isso, “mesmo os mais pobres podem ser levados (...) a concordar que grandes somas recolhidas por alguns de seus concidadãos (...) são mais valiosas para eles do que se espalhadas entre eles ao longo de muitos anos em quantias infinitas,” como salários mais altos.⁴¹

Carnegie era visto por alguns como um radical, por defender altos impostos sobre a propriedade para evitar que a riqueza se tornasse hereditária. No entanto, seu “Evangelho da Riqueza” é fundamentalmente um evangelho da plutocracia: a administração pelos ricos daquilo que o próprio Carnegie descreve como “a riqueza da comunidade” concentrada nas mãos de poucos.

À medida que mais colegas de Carnegie estabeleceram fundações privadas no início dos anos 1900, as restrições legais às organizações de caridade caíram e os incentivos fiscais começaram a tomar seu lugar. O status de isenção de impostos das organizações de caridade foi codificado em 1909 junto com os impostos federais sobre a renda corporativa. A dedução individual para contribuições de caridade foi codificada no

⁴⁰ Robert H. Bremner, *American Philanthropy*, Second Edition (Chicago, University of Chicago Press, 1988), 102.

⁴¹ Andrew Carnegie, “Wealth,” *North American Review* 148 (1889): 660. Bremner chama isso de “o documento mais famoso da história da filantropia americana” (*American Philanthropy*, 100).



War Revenue Act de 1917, que também aumentou significativamente as taxas de impostos para financiar os combates na Primeira Guerra Mundial.⁴²

No início dos anos 1920, seguindo políticas defendidas pelo colecionador de arte, filantropo, fundador da National Gallery of Art e secretário do Tesouro, Andrew Mellon, as maiores taxas de impostos foram reduzidas de 77% para 24%.⁴³ Mellon é às vezes descrito como o pai da economia do lado da oferta que voltou a dominar a política econômica conservadora nos Estados Unidos na década de 1980. Ele argumentou que taxas de impostos mais baixas aumentariam as receitas fiscais ao diminuir a evasão fiscal e estimular a atividade econômica. Ele também argumentou que taxas de impostos mais baixas beneficiariam organizações de caridade: "Se muito do excedente for retirado em impostos, a margem disponível para investimento de capital e para apoio a instituições educacionais, religiosas e filantrópicas é perigosamente reduzida Por essas razões, o Governo deve julgar com muito cuidado o valor do imposto a ser cobrado sobre a riqueza."⁴⁴

O mandato de Mellon viu os níveis mais altos de concentração de riqueza nos Estados Unidos desde a Idade de Ouro e terminou com a Grande Depressão. Embora a administração de Franklin D. Roosevelt tenha aumentado os impostos para financiar o *New Deal*, também manteve os benefícios fiscais para contribuições de caridade e até mesmo os estendeu para a filantropia corporativa. Com a expansão do governo e de organizações de caridade da década de 1930 até o período do pós-guerra, os últimos vestígios de oposição entre o público e o que veio a ser chamado de setores "sem fins lucrativos" foram substituídos pelo que Peter Dobkin Hall descreve como um "reforço mútuo da relação": o governo federal forneceu incentivos fiscais para o estabelecimento de organizações sem fins lucrativos e se tornou sua maior fonte de receita no contexto de um estado de bem-estar que era fundamentalmente alocativo em vez de burocrático.⁴⁵ No

⁴² Paul Arnsberger, Melissa Ludlum, Margaret Riley and Mark Staton, "A History of the Tax-Exempt Sector: An SOI Perspective", *Statistics of Income Bulletin* (inverno 2008).

⁴³ A ascensão de Mellon a Secretário do Tesouro antecipou a de muitos membros da administração Trump: como um dos americanos mais ricos de sua época e um importante doador político, a nomeação de Mellon para o gabinete foi vista como uma recompensa por sua doação de US\$ 150.000 ao Partido Republicano e US\$ 6.000 para Warren G. Harding, que encontrou uma maneira de contornar um estatuto que proibia "aqueles envolvidos na indústria" do cargo. "Andrew William Mellon (1855-1937)".

⁴⁴ Andrew W. Mellon, "Taxation", *The People's Business* (New York MacMillan, 1924), 26.

⁴⁵ Peter Dobkin Hall, "Philanthropy, the Welfare State, and the Transformation of American Public and Private Institutions, 1945-2000", *The Hauser Center for Nonprofit Organizations, Harvard University, Working Paper No. 5* (novembro 2000), 3.

final dos anos 1960, a preocupação com o poder das organizações filantrópicas encontrava-se quase exclusivamente na direita política, uma vez que as organizações de caridade, e particularmente as fundações, eram vistas como pilares do consenso liberal, e que os movimentos sociais progressistas abraçaram a forma sem fins lucrativos. Na década de 1970, no entanto, a Nova Direita começou a estabelecer sua própria organização sem fins lucrativos, demais organizações e "think tanks" para promover causas conservadoras. Em 1989, George H. W. Bush usaria seu discurso inaugural para evocar organizações voluntárias e comunitárias como "mil pontos de luz" que substituiriam o dinheiro público perdido para "escolhas difíceis" e equilíbrio orçamentário quando os impostos fossem cortados e o grande governo reduzido.⁴⁶ Algumas dessas organizações encontraram maneiras de "transformar a filantropia em arma," como Jane Mayer argumenta em seu livro *Dark Money*, para desenvolver o movimento radical de direita que, agora, se tornou a corrente principal do Partido Republicano.⁴⁷

Hall vê o discurso de Bush como o "momento definitivo em que o conservadorismo americano abraçou as possibilidades da filantropia e outras formas de voluntarismo privado". E ainda assim ele também aponta que a "chamada Revolução Conservadora foi apenas um elemento de um desencanto profundo, transversal e amplamente apolítico com o governo, autoridade estabelecida e grandes organizações"⁴⁸, que a Nova Esquerda, a Nova Direita e, eventualmente, Democratas e Republicanos compartilhavam amplamente. Sete anos depois, em 1996, Bill Clinton declararia que "a era do grande governo acabou".⁴⁹

A metade da década de 1990 também marca o início de um período de crescimento dramático nas doações filantrópicas, talvez o mais acentuado da história dos Estados Unidos, saltando de pouco mais de US\$ 100 bilhões em 1994 para US\$ 390 bilhões em 2016. O número de organizações sem fins lucrativos aumentou de 355.000, em 1995, para 1,4 milhão, em 2013, enquanto suas receitas explodiram, passando de US\$ 899

⁴⁶ George H.W. Bush, "Inaugural Address, 20 de janeiro, 1989", The American Presidency Project.

⁴⁷ Jane Mayer, "Dark Money: The Hidden History of Billionaires behind the Rise of the Radical Right" (New York: Anchor Books, 2016).

⁴⁸ Hall, "Philanthropy, the Welfare State" 30, 25.

⁴⁹ William J. Clinton, "Address before a Joint Session of the Congress of the States of the Union, 23 de janeiro, 1996", The American Presidency Project.

bilhões para US\$ 1,73 trilhão.⁵⁰ Este crescimento nas doações de caridade refletiu em grande parte o crescimento da parcela de renda do 1% do topo da população dos EUA durante o mesmo período, alimentado em parte por uma série de cortes nas faixas superiores de imposto de renda e ganhos de capital sob Reagan, Clinton e George W. Bush, produzindo o que muitos apelidaram de "segunda era dourada" da América — ou sua segunda era de barões ladrões.

Quando os barões ladrões da Idade de Ouro começaram a sequestrar sua riqueza nas primeiras grandes fundações, Theodore Roosevelt disse a famosa frase: "nenhuma instituição de caridade gastando tais fortunas pode compensar a má conduta em adquiri-las".⁵¹ Avaliação moral à parte, Roosevelt pode ter subestimado o poder da filantropia para influenciar a opinião pública. A aprovação pública das práticas comerciais implacáveis e massacres trabalhistas nas empresas controladas por Carnegie, Henry Clay Frick e John D. Rockefeller há muito foi superada pelo apreço pelas fundações privadas, bibliotecas, universidades e museus que carregam seus nomes.

Como Aaron Horvath e Walter Powell apontam, a filantropia do final do século XIX e início do século XX foi recebida por um público cético, um governo suspeito e uma imprensa suja, mas os filantropos de hoje são celebrados por políticos e pela mídia, contribuindo para "a crença não examinada de que os esforços filantrópicos são mais eficazes do que o governo, e uma aceitação de que aqueles com grande riqueza podem e devem determinar o propósito público."⁵² Sua pesquisa de declarações de assinantes contemporâneos do *The Giving Pledge* revela ecos da exaltação de Carnegie da capacidade superior dos ricos de administrar a riqueza da comunidade, sugerindo a crença de que "a filantropia não é apenas um legítimo provedor de bens públicos, mas o provedor preferido em relação ao governo" – e preferível a deixar "o governo tirar de você e redistribuí-lo".⁵³

⁵⁰ "Giving USA 2017: The Annual Report on Philanthropy for the Year 2016" (Chicago: Giving USA Foundation, 2017), graph pack, 9; Alicia Meckstroth and Paul Arnsberger, "A 20-Year Review of the Nonprofit Sector, 1975-1995); Bwrice McKeever, "The Nonprofit Sector in Brief 2015: Public Charities Giving, and Volunteering", 29 de outubro, 2015.

⁵¹ Isso é citado por quase todos que escrevem sobre o assunto, sem referência.

⁵² Aaron Horvath and Walter W. Powell, "Contributory or Disruptive: do New Forms of Philanthropy Erode Democracy?", *Philanthropy in Democratic Societies: History, Institutions, Values*, edited by Rob Reich, Chiara Cordellu and Lucy Bernholz (Chicago: University of Chicago Press, 2016), 119.

⁵³ *Ibid.*, p.99-100. "The Giving Pledge", iniciado por Bill e Melinda Gates e Warren Buffett em 2010, "é um esforço para ajudar a resolver os problemas mais urgentes da sociedade, convidando os indivíduos mais ricos do mundo a comprometer mais da metade de sua riqueza para a filantropia". O acordo conta atualmente com 171 signatários internacionalmente, 14 dos quais atuam em conselhos incluídos neste livro.

Horvath e Powell sugerem que "a legitimidade relativa do Estado e da ação privada molda a forma como a filantropia é recebida".⁵⁴ Também se pode argumentar que a própria filantropia desempenhou um papel significativo na definição da legitimidade da ação privada em relação ao Estado. Seja qual for a causa ou efeito, no entanto, é claro que a explosão da filantropia na América do final do século XX e início do século XXI veio de mãos dadas com a deslegitimação do governo – e não apenas do "grande governo" em suas funções administrativas e de bem-estar social tão amplamente denegridas no discurso político dos EUA, mas de governo democrático e processo democrático. Horvath e Powell observam que, conforme "a legitimidade do governo diminui, valorizamos cada vez mais os esforços privados de filantropos e organizações sem fins lucrativos para desenvolver novas organizações para fornecer bens públicos." Este "processo ameaça a prática da democracia participativa na medida em que obstáculos e maiores distâncias são colocados entre a influência do cidadão e o fornecimento de bens públicos."⁵⁵

Pode ser que a filantropia represente não apenas um "terceiro setor", além dos setores governamentais e com fins lucrativos, mas também seja central para o que Martin Gilens e Benjamin Page chamam de uma "'terceira face' do poder". Se a "primeira face" do poder é a capacidade de moldar políticas e legislação, e a "segunda face" é a capacidade de moldar a agenda de questões que os formuladores de políticas consideram, a "terceira face" é "a capacidade das elites de moldar as preferências do público."⁵⁶

Além da compensação por má conduta evocada por Roosevelt, a filantropia nos Estados Unidos sem dúvida serviu para moldar a percepção pública de riqueza, casando imensas fortunas com artes e instituições educacionais que representam, para muitos, as formas mais elevadas de realização humana. Por meio dessas instituições, os altamente qualificados e talentosos unem forças com os muito ricos para celebrar um ideal meritocrático que serviu para reforçar a tolerância a níveis extremos de desigualdade econômica nos Estados Unidos. E com essas instituições. Os filantropos podem encontrar uma maneira ainda mais eficiente e duradoura de influenciar a opinião pública: por meio de "bajulação e acesso" aos formadores de opinião pública que eles fomentam e promovem.

⁵⁴ Ibid., p.120.

⁵⁵ Ibid., p.121.

⁵⁶ Gilens and Page, "Testing Theories of American Politics", p.576.



Museus de Arte nos Estados Unidos da América

Escrevendo sobre o papel da filantropia nas sociedades democráticas, o cientista político Rob Reich descreveu as fundações privadas como direitos plutocráticos “por definição”. Representando “a permissão legal, na verdade, convite subsidiado por impostos, para que grande riqueza desempenhe um papel importante na vida pública,” fundações representam uma “codificação institucional e promoção de vozes plutocráticas em sociedades democráticas.”⁵⁷

Museus e outras organizações artísticas privadas sem fins lucrativos justificam uma avaliação mais variada. O campo dos museus de arte dos EUA é notoriamente complexo, com organizações que variam de fundações privadas com pequenos conselhos dominados por seus fundadores, a grandes museus estabelecidos por atos de conselhos municipais, legislaturas estaduais e o Congresso dos EUA com envolvimento e apoio público significativo, incluindo emissões de títulos e taxas fiscais específicas. Embora alguns dos museus de arte mais proeminentes dos EUA tenham sido criados por patronos individuais que trabalharam e controlaram seu desenvolvimento por décadas, muitos começaram com doações ou legados a cidades ou universidades, alguns se originaram como clubes de arte ou associações cívicas e alguns foram fundados por artistas. A grande maioria, no entanto, incluindo alguns dos museus públicos dos EUA, desenvolveu-se como corporações privadas sem fins lucrativos governadas por conselhos voluntários automeados e autoperpetuados, que detêm responsabilidade financeira pelas organizações e controlam legalmente seus ativos, incluindo coleções, como “conselheiros” para o público em geral. Entre a maioria desses conselhos, uma contribuição financeira significativa é uma condição básica para ser membro, com os maiores museus esperando contribuições de seis dígitos anualmente e contribuições de até oito dígitos ao aderir.⁵⁸

⁵⁷ Rob Reich, “Repugnant to the Whole Idea of Democracy? On the Role of Foundations in Democratic Societies”, *PS: Political Science & Politics* 49, no.3 (2016): 466; Rob Reich “Repugnant to the Very Idea of Democracy? On the Role of Foundations”.

⁵⁸ As contribuições de oito dígitos necessárias para ingressar nos conselhos de administração dos principais museus são relatadas por Robin Pogrebin, “Trustees Find Board Seats Are Still Luxury Items”, *New York Times*, 2 de abril, 2010. As “taxas” anuais do conselho de US\$ 100.000 foram informadas a mim por fontes anônimas afiliadas a quatro diferentes museus importantes. Os curadores e funcionários de museu muitas vezes são obrigados a assinar acordos de sigilo que cobrem tais acordos financeiros, o que aumenta a falta de transparência.

Como muitas das maiores fundações privadas, o sistema norte-americano de governança corporativa sem fins lucrativos de museus supostamente públicos remonta à *Gilded Age*⁵⁹. Com exceção do Wadsworth Atheneum Museum of Art, fundado em 1844, em Hartford, Connecticut, os museus mais antigos incluídos neste livro foram licenciados durante as últimas três décadas do século XIX, que produziu o primeiro *boom* de museus da América. Foi também durante esse período que a corporação de caridade de administração privada foi estabelecida como a forma organizacional que continua a definir o campo dos museus dos EUA hoje. Essa forma foi desenvolvida em duas áreas pelo Metropolitan Museum of Art e pelo Museum of Fine Arts, de Boston, que influenciaram o desenvolvimento de museus em todo o país.

O Metropolitan Museum of Art data seu início com a celebração do Dia da Bastilha, em Paris, em 1866, quando John Jay convenceu um grupo de seus compatriotas de que a América precisava de sua própria "instituição nacional e galeria de arte".⁶⁰ Jay provavelmente se inspirou no Louvre. No entanto, enquanto o Louvre é um museu público criado por meio da expropriação pelo Estado de coleções aristocráticas e eclesiásticas, os fundadores do Metropolitan imaginaram um modelo muito diferente. Ao contrário dos museus estatais europeus, a instituição que eles criaram assumiria a forma de uma empresa privada. De volta a Nova York, o projeto foi assumido por um grupo de homens proeminentes associados ao exclusivo Union League Club, incluindo o advogado Joseph Choate, que redigiria a carta-estatuto do Metropolitan. Descrita por Kari Meyer como um estatuto "defensor da plutocracia pós-guerra".⁶¹ Posteriormente, Choate argumentou com sucesso contra a "marcha comunista" do imposto de renda federal perante a Suprema Corte dos Estados Unidos.⁶² A carta-estatuto do Metropolitan foi promulgada pela Legislatura do Estado de Nova York em 1870, e constituiu os fundadores do museu como "uma pessoa jurídica" com o poder legal sobre a eleição, admissão e expulsão de seus membros e propriedade de seus ativos, incluindo coleções. Também comprometeu a cidade a fornecer terras, fundos de construção e manutenção predial a este órgão privado em perpetuidade, desde que cumprisse o seu propósito e mantivesse o

⁵⁹ N.T.: Era Dourada. Na história norte-americana, período situado entre a década de 1870 e cerca de 1900.

⁶⁰ "History of the Museum", Metropolitan Museum of Art.

⁶¹ Karl. E. Meyer, "The Art Museum: Power, Money, Ethics" (New York: William Morrow, 1979), p.26, 28.

⁶² Citação em Bernard Schwartz, "A History of the Supreme Court" (Oxford: Oxford University Press, 1995), p.184.

horário regular de funcionamento gratuito.⁶³ A cidade seria a proprietária e responsável pelo prédio, mas os conselheiros seriam os donos de tudo nele, com responsabilidade exclusiva por sua gestão e programas. O conselho do Metropolitan Museum logo ultrapassaria a Union League como o clube mais rico e exclusivo de Nova York. No entanto, a constituição do museu também previa que funcionários públicos servissem como conselheiros *ex officio*, incluindo o prefeito e o controlador da cidade de Nova York, o comissário do Departamento de Parques Públicos e, eventualmente, o presidente da Câmara Municipal e o comissário para os Assuntos Culturais.⁶⁴

Os fundadores do Museum of Fine Arts, de Boston, também licenciado em 1870, seguiram um curso diferente. Embora tenham negociado com a cidade um terreno adjacente a um novo parque urbano, eles não receberam financiamento da cidade nem incluíram funcionários públicos em seu conselho.

O sociólogo Paul DiMaggio, em seu estudo clássico do museu de Boston, fornece uma análise incisiva do porquê as corporações de caridade administradas de forma privada com um foco cultural ganharam tanta popularidade entre as elites urbanas do final do século XIX que competiam por proeminência nacional e poder local. Como grupos de status, "eles se esforçaram para a exclusividade. Para a definição de uma cultura de prestígio que pudessem monopolizar como sua. No entanto, eles também eram uma classe social", preocupados em estabelecer sua legitimidade aos olhos das outras classes.⁶⁵ Esses objetivos exigiam a criação de uma forma organizacional que os membros da elite pudessem controlar e governar", mas que também pudesse "reivindicar a voz da comunidade como um todo mesmo que definissem a comunidade apenas como a elite e os classes médias altas." Eles encontraram essa forma na "corporação sem fins lucrativos, governada por um grupo de conselheiros que se autoperpetua", que "permitia que seus governantes governassem sem interferência do Estado ou de outras classes sociais".⁶⁶

⁶³ O Metropolitan Museum cobrava uma taxa de admissão em alguns dias até 1940, quando se tornou totalmente gratuito para o público. Em 1970, ele implementou a exigência de que os visitantes pudessem pagar o que desejassem, mas deveriam pagar algo. Em janeiro de 2018, anunciou uma taxa de admissão obrigatória de US\$ 25 para não residentes.

⁶⁴ Museu Metropolitano de Arte: Carta, Constituição, Regulamentos, Localização, Leis relativas ao Museu [1900], Coleções Digitais, Biblioteca Thomas J. Watson, Museu Metropolitano de Arte; Relatório Anual dos Curadores do Metropolitan Museum of Art, no. 76 (1945): 55. O governador do estado de Nova York também serviu durante a primeira década do museu. O Comissário para os Assuntos Culturais começou a servir depois que o cargo foi criado, em meados da década de 1970.

⁶⁵ Paul DiMaggio, "Cultural Entrepreneurship in Nineteenth-Century Boston: The Creation of an Organizational Base for High Culture in America", *Media, Culture and Society* 4 (1982): 48.

⁶⁶ *Ibid.*, 35, 38.

Como disse Peter Dobkin Hall, ao escrever sobre a filantropia de forma mais ampla, as corporações de caridade "ofereciam veículos organizacionais por meio dos quais os valores privados podiam ser traduzidos em valores públicos sem a necessidade de compromisso e acomodação exigidos pelos processos políticos e governamentais".⁶⁷

Alguns dos museus que surgiram a partir desses modelos trazem nomes de clientes individuais. A maioria, no entanto, recebeu o nome das cidades em que estão localizados e foram estabelecidos com graus de subsídio público direto que variava desde o fornecimento de terras, muitas vezes em parques municipais, a edifícios e suporte operacional contínuo. De Boston e Nova York à Filadélfia, Chicago, Columbus, Cincinnati, St. Louis, Minneapolis, Indianápolis, Brooklyn e além, esses museus se desenvolveriam como as instituições "públicas" mais visíveis de suas cidades — muitas vezes sem praticamente participação democrática ou supervisão alguma. A disseminação do modelo de instituições "públicas" administradas de forma privada levou ao que Hall descreve como uma forma de "privatismo civil" em que a "concepção aceita de vida pública passou a estar cada vez mais com organizações privadas filantrópicas ou filantropicamente sustentadas".⁶⁸ Com a codificação do status de isenção de impostos para empresas de caridade e deduções de impostos para contribuições de caridade nas primeiras décadas do século XX, o apoio público foi estendido a todas as empresas de caridade de administração privada na forma de subsídio público indireto constituído por receitas fiscais perdidas. No final das contas, esse subsídio público indireto chegaria a bilhões de dólares, diminuindo o apoio governamental direto às artes nos Estados Unidos.⁶⁹

Embora DiMaggio descreva o museu de arte como "um produto do entusiasmo democrático", ele observa que durante a Era Dourada e nos períodos de 1920 de extrema concentração de riqueza — os museus dos Estados Unidos “retrocederam de suas origens

⁶⁷ Peter Dobkin Hall, "Philanthropy, the Welfare State, and the Transformation of American Public and Private Institutions, 1945-2000", p.26. No início de 1900, o Museum of Fine Arts expandiu seu conselho para incluir o prefeito de Boston, o superintendente das Escolas Públicas e o comissário de Educação, servindo *ex officio*, bem como membros nomeados pelo Harvard College, o Boston Athenaeum e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

⁶⁸ *Ibid.*, p.41.

⁶⁹ Arthur C. Brooks estima que o subsídio indireto do governo às artes foi de US\$ 1,64 bilhão em 2000, equivalente a cerca de 15% dos US\$ 11 bilhões em contribuições privadas. Brooks, "In Search of True Public Arts Support", *Public Budgeting and Finance* (Summer 2004): 93. Em 2016, a porcentagem comparável dos US\$ 18,21 bilhões contribuídos para as artes chega a US\$ 2,7 bilhões em subsídios indiretos do governo. Outros calcularam este subsídio indireto como mais próximo de 30% das contribuições totais.



democráticas, tornando-se santuários para os patronos ricos que controlavam seus conselhos." No entanto, ele sugere que a expansão do apoio municipal às organizações artísticas a partir da década de 1920 e do apoio federal na década de 1930 "despertou nessas instituições uma preocupação renovada com suas obrigações para com o público," convocando "os museus e seus responsáveis para que prestem contas de seus papéis sociais".⁷⁰ Também estimulou o desenvolvimento de algumas organizações com governança pública mais direta e autonomia profissional mais substancial.

Um deles foi o Museu Newark, desenvolvido por John Cotton Dana em uma biblioteca pública que, como o Metropolitan Museum of Art, incluía funcionários públicos como conselheiros *ex officio*. Em contraste com o "modelo curatorial" representado pelo Museum of Fine Arts, de Boston, que enfatizava o conhecimento, Dana desenvolveu um modelo educacional que definiu a comunidade para incluir o amplo público em geral e aceitar a responsabilidade pública associada ao apoio governamental. O apoio do governo também proporcionou aos professores do museu alguma "liberação das garras exigentes do controle dos administradores"⁷¹, aumentando sua autonomia e influência sobre coleções e programas. A expansão do apoio governamental aos museus na década de 1930 também desempenhou um papel significativo para outras organizações nesta pesquisa. A organização federal *Works Progress Administration* ajudou na transformação do Walker Art Center de uma galeria privada em um museu público, e no desenvolvimento de museus municipais em Oklahoma City e em Boise, Idaho, bem como de um dos mais antigos museus estatais nos Estados Unidos, o Museum of Fine Arts, de Virgínia.⁷²

As décadas de 1920 e 1930 também vieram a criação de muitas das organizações artísticas mais antigas dos Estados Unidos, que não se identificavam com suas cidades ou estados, nem buscavam apoio público. Muitas vezes focados especificamente na arte moderna ou contemporânea e incluem o Museum of Modern Art e o Whitney Museum of American Art, em Nova York, e o Institute of Contemporary Art, em Boston, entre outros.

⁷⁰ Paul DiMaggio, "Introduction", *Poetics* 24 (1996): p.81.

⁷¹ Paul DiMaggio, "Constructing an Organizational Field as a Professional Project: US Art Museums, 1920-1940", *The New Institutionalism in Organizational Analysis*, editado por Welter W. Powell and Paul J. DiMaggio (Chicago: University of Chicago Press, 1991), p.270-271, 273.

⁷² O museu estadual mais antigo pesquisado neste livro, o Museu de Arte do Novo México, foi fundado em 1909.

De acordo com DiMaggio, o engajamento público e social dos museus recuou junto com o financiamento das artes estaduais nos anos 1940 e 1950, mas voltou na década de 1960 com as criações da *National Endowment for the Arts* (NEA) e conselhos estaduais de artes.⁷³ O modelo estabelecido pelo Metropolitan para o museu do Brooklyn, em 1895, foi posteriormente estendido incluindo cinco que foram pesquisados para este livro – The Studio Museum, no Harlem (1968); MoMA PSI, El Museo Del Barrio, o Museu de Artes do Bronx (todos de 1971); e o Queens Museum (1972). Todas essas organizações são descritas pela cidade de Nova York como de propriedade pública em parceria com uma organização privada⁷⁴, e todos incluem várias outras autoridades municipais como membros *ex officio* de seus conselhos de administração. Creative Time (1975) e o New Museum of Contemporary Art (1977), que estão incluídos aqui, e muitas outras organizações artísticas estabelecidas em Nova York durante a década de 1970 que não estão incluídas, também se beneficiaram de financiamento do *New York State Council on the Arts*, que antecedeu o NEA e o ultrapassou durante grande parte dos anos 1960 e 1970.

Grande parte da expansão do campo das organizações artísticas nos Estados Unidos nas décadas de 1970 e 1980 fora da cidade de Nova York também foi impulsionada por financiamento público. Permitiu que espaços dirigidos por artistas e "alternativos" se desenvolvessem e operassem independentemente do patrocínio privado, ao mesmo tempo que apoiava grupos como a *National Association of Artists Organizations*, por meio das quais os artistas se organizavam para interagir com funcionários e agências públicas. As diretrizes e prioridades dos financiadores públicos também pressionaram os museus estabelecidos a reconhecer suas obrigações públicas e desenvolver programas para membros anteriormente carentes de suas comunidades.

Essa era de amplo envolvimento do setor público no campo da arte contemporânea chegou a um doloroso fim no início dos anos 1990. Ataques à NEA por republicanos conservadores no Congresso, ostensivamente provocados pelo conteúdo "perverso" e "blasfemo" das obras de arte e exposições financiadas pela NEA, expandiram-se para um ataque ao financiamento público das artes em geral. Embora a luta pela NEA fosse em si uma batalha menor, embora altamente inflamável, em uma guerra mais ampla

⁷³ DiMaggio, "Introduction", *Poetics* 24 (1996): p.82.

⁷⁴ Essas organizações estão entre as 33 que constituem o Grupo de Instituições Culturais da Cidade de Nova York, em dezembro de 2017.



contra o "grande governo", ela serviu para ligar a difamação republicana dos gastos do Estado com as "guerras culturais" que estavam começando a ser travadas com sucesso crescente. Embora os republicanos conservadores não tenham eliminado totalmente a NEA, eles conseguiram eliminar as concessões a artistas visuais individuais e reduzir o financiamento geral. Mais prejudicial, entretanto, pode ter sido seu sucesso em desviar grande parte do campo da arte contemporânea do envolvimento do setor público, já que muitos artistas e administradores de arte adotaram o patrocínio privado em vez de lutar pela liberdade de expressão e financiamento público na esfera política. Com efeito, muitos nas artes aceitaram, senão endossaram, uma identificação da liberdade de expressão com financiamento privado que também apareceria, de uma forma muito diferente, nas decisões da Suprema Corte contra as restrições ao financiamento de campanhas.

Os cortes no financiamento federal das artes na década de 1990 coincidiram com a dramática expansão das doações de caridade para as artes, cultura e humanidades, que aumentou de US\$ 7,35 bilhões, em 1994, para mais de US\$ 17,2 bilhões, em 2007, antes de diminuir com a crise financeira apenas para se recuperar, em 2016, para US\$ 18,21 bilhões.⁷⁵ Durante aproximadamente o mesmo período, o número de organizações sem fins lucrativos em arte, cultura e humanidades mais que dobrou. Embora parte desse crescimento tenha sido apoiado pelo financiamento estadual e municipal das artes, grande parte da expansão foi alimentada por doações de caridade dos ricos. Embora as artes atraíssem significativamente menos doações do que as organizações religiosas, de saúde e educacionais, um estudo mostra que as contribuições individuais para as artes aumentaram de apenas 1% das doações de pessoas com renda inferior a US\$ 100.000, para 15% de pessoas com renda superior a US\$ 1 milhão – enquanto as doações para organizações religiosas caem de 67% para 15% e para organizações de necessidades básicas de 10% para 4%.⁷⁶ Essas estatísticas indicam que as artes colhem benefícios específicos de um aumento no número e na renda dos ricos, sugerindo que o aumento das doações durante esse período pode estar diretamente ligado a concentrações crescentes de riqueza. O *boom* do mercado de arte durante o mesmo período também foi

⁷⁵ "Giving USA 2015: The Annual Report on Philanthropy" (Chicago: Giving USA Foundation, 2016); "Giving USA 2017: The Annual Report on Philanthropy for the Year 2016" (Chicago: Giving USA Foundation, 2017).

⁷⁶ "Como os Estados Unidos financiam as artes", terceira edição (Washington, DC: National Endowment for the Arts, 2012), p.19. O estudo também mostra um aumento nas contribuições para organizações de saúde e educação, de 3% para 25%.

associado à concentração de riqueza, com uma equipe de economistas descobrindo que "um aumento de um ponto percentual na parcela da renda total ganha pelos 0,1% do topo desencadeia um aumento nas obras de arte de cerca de 14%."⁷⁷ Embora o *boom* do mercado de arte tenha estimulado o desenvolvimento de pelo menos algumas organizações artísticas sem fins lucrativos – mais obviamente em Miami, com a chegada da feira de arte comercial Art Basel Miami Beach – o crescente prestígio da arte tanto financeira quanto social e bem cultural também pode ter expandido as fileiras de colecionadores de arte dispostos e capazes de dedicar tempo e recursos a organizações artísticas sem fins lucrativos.

Conselhos nos Estados Unidos da América

No meio da Grande Recessão, como muitas organizações sem fins lucrativos lutaram para compensar o declínio de doações após a crise financeira criada por alguns de seus patronos proeminentes⁷⁸, o New York Times noticiou que assentos nos conselhos culturais de maior prestígio da cidade não estavam "à venda" – isto é, não estavam disponíveis para compra com desconto. "Quer se juntar ao poder definido no Metropolitan Museum of Art?", pergunta a repórter Robin Pogrebin. "Esteja preparado com um cheque de até US\$10 milhões. Os altos valores são similares no Museum of Modern Art e permanece cerca de US\$ 5 milhões na Public Library de Nova York, de acordo com as pessoas envolvidas no processo." Ela observa que "'dê, receba ou saia', é um lema que muitos no mundo cultural conhecem bem. E a recompensa? Nada menos do que 'uma palavra na definição do curso intelectual da nação, senão do mundo, por meio de um museu importante.' Ela cita um membro do conselho dizendo: 'É quase como levantar dinheiro para um candidato'."⁷⁹

As cadeiras do conselho podem nunca ser "vendidas", mas é amplamente conhecido como estando à venda, mesmo que "o dinheiro por si só não seja uma

⁷⁷ William N. Goetzmann, Luc Renneboog e Christophe Spaenjers, "Art and Money", Yale School of Management Working Paper, no. 09-26, Yale School of Management, April 28, 2010. Veja também minha análise em "L'1% C'est Moi", *Texte zur Kunst* 83 (setembro 2010): p.114-27.

⁷⁸ Sobre o envolvimento de colecionadores de arte proeminentes e conselheiros de museus na crise financeira de 2007, veja meu ensaio "L'1% C'est Moi"

⁷⁹ Pogrebin, "Trustees Find Board Seats Are Still Luxury Items."

passagem automática” para a adesão.⁸⁰ Certamente, a percepção de que assentos nos conselhos de instituições culturais estão disponíveis para qualquer pessoa que assine um grande cheque não reflete todas as organizações artísticas nem se aplica a todos os seus conselheiros. No entanto, a prática de exigir que os conselheiros façam contribuições financeiras pessoais às organizações às quais servem tornou-se cada vez mais difundida nas últimas décadas. Um senso de pesquisas de organizações sem fins lucrativos em todo o país mostra um aumento dramático na porcentagem de conselheiros que fazem contribuições financeiras para suas organizações, de menos de 50%, em 1999, para 80%, em 2014, com uma pesquisa de 2012 relatando que 75% das organizações pesquisadas exigiam tais contribuições. Tanto os principais administradores quanto os presidentes do conselho das mesmas organizações classificam consistentemente a arrecadação de fundos como a responsabilidade do conselho que mais precisa de melhorias.⁸¹ De fato, parece que dar e receber tornou-se uma das funções principais de muitos, senão da maioria, dos conselhos de organizações sem fins lucrativos, embora ter os meios para doar dinheiro, e não apenas tempo, tornou-se uma qualificação básica para ser membro.

Os direitos e responsabilidades específicos dos conselheiros de organizações sem fins lucrativos são definidos pelos estatutos das organizações a que servem, de acordo com as leis dos estados em que foram incorporados. Embora as leis variem de estado para estado, a maioria define os conselheiros de organizações sem fins lucrativos como fiduciários [*trustees*, no original], um termo derivado de "confiança" – *fiducia* em latim – e, em grande parte, sinônimo de "conselheiro". Um "conselheiro", de forma mais ampla, é alguém a quem algo é confiado. O termo é mais comumente usado para descrever uma pessoa que detém e administra propriedades em nome de terceiros [ou seja, um tutor]. Tutela, nesta forma, é uma autoridade delegada sobre a propriedade do outro, sem tomar uma parte para si. A propriedade que um “conselheiro” administra pode pertencer a um indivíduo, a um grupo específico ou ao “público” – como costumam ser definidos os beneficiários de organizações sem fins lucrativos nos Estados Unidos.

A autoridade de um administrador pode ser delegada por um indivíduo ou por grupos por meio de mecanismos que vão desde a eleição pública até a auto seleção

⁸⁰ Ibid.

⁸¹ BoardSource, “Nonprofit Governance Index 2012: Data Report 1”, CEO Survey of BoardSource Members (Washington, DC: BoardSource, 2012), p.14; “BoardSource, Leading with Intent: A National Index of Nonprofit Board Practices” (Washington, DC: BoardSource, 2015), p.31.

privada. Em algumas áreas, o governo local assume a forma de um conselho eleito. No entanto, os conselhos são mais comumente associados a organizações legalmente constituídas, e a propriedade que eles mantêm sob custódia é propriedade de uma corporação. Se essa empresa for uma empresa com fins lucrativos, sua propriedade pertence a seus proprietários e acionistas, que podem nomear ou eleger seu conselho. Se essa empresa for uma empresa sem fins lucrativos, sua propriedade pertence ao "público" em virtude dos benefícios legais e fiscais concedidos a essa empresa em apoio ao seu propósito de caridade. Os conselhos de algumas empresas sem fins lucrativos são selecionados por eleições abertas a todos os seus membros, mas a maioria é "auto perpetuante", com novos conselheiros nomeados ou eleitos apenas pelos membros existentes do conselho. Os conselhos de ambas as empresas, com e sem fins lucrativos, podem também ser chamados de conselhos de administração, conselhos de governadores ou simplesmente conselhos. No entanto, todos os tipos de conselhos de administração de organizações legalmente constituídas são os principais responsáveis pelas organizações que servem. A maioria dos estados responsabiliza os conselheiros pelo "dever de zelo" fiduciário na governança e o "dever de lealdade" de agir no melhor interesse da organização e abster-se de negociações pessoais,⁸² enquanto a legislação tributária federal proíbe que organizações isentas de impostos beneficiem "qualquer acionista privado ou indivíduo".⁸³

Peter Dobkin Hall traça a evolução dos conselhos de organizações sem fins lucrativos nos Estados Unidos até a era colonial, quando o direito consuetudinário inglês e a prática inglesa de governar colônias por meio de corporações faziam pouca distinção entre o status lucrativo, governamental e de caridade. Uma das inovações democratizantes dos primeiros conselhos americanos foi transformar a adesão a partir das posses pessoais dos membros, que poderia ser passada aos herdeiros como qualquer

⁸² Tamar Frankel, "Definition of 'fiduciary duties'", Peter Newman, ed., *The New Palgrave Dictionary of Economics and the Law*, Vol 2 (United Kingdom, Palgrave Macmillan, 1998), p.127-128.

⁸³ Internal Revenue Service, "Requisitos de isenção - Organizações 501 (c) (3)." A lei federal também exige que as organizações isentas de impostos sejam "organizadas e operadas exclusivamente para fins de isenção", incluindo "obras de caridade, religiosas, educacionais, literárias científicas, testes de segurança pública, promoção de competições esportivas amadoras nacionais ou internacionais e prevenção de crueldade contra crianças ou animais. O termo caridade é usado em seu sentido legal geralmente aceito e inclui socorro aos pobres, necessitados ou desfavorecidos; avanço da religião; avanço da educação ou ciência; construção ou manutenção de edifícios, monumentos ou obras públicas; diminuir os fardos do governo; diminuir as tensões da vizinhança; eliminar o preconceito e a discriminação; defesa dos direitos humanos e civis garantidos por lei; e combate à deterioração da comunidade e à delinquência juvenil".

outra propriedade, em um cargo preenchido pela própria corporação e sujeito às suas regras. Os conselhos das mais antigas instituições de ensino dos Estados Unidos, Harvard e Yale, incluíam professores que estavam diretamente envolvidos no trabalho das faculdades, bem como funcionários públicos e clérigos que "se viam como representantes do interesse público, garantindo a responsabilidade".⁸⁴ Ao mesmo tempo, os conselhos que se autoperpetuaram foram vistos como "guardiões dos direitos privados dos cidadãos" por meio de instituições civis que expressam a vontade do público, além dos meios eleitorais e governamentais".⁸⁵ No início do século XIX, Alexis de Tocqueville seria famoso por identificar "o imenso conjunto de associações" nos Estados Unidos como uma característica central da democracia na América. Eram um baluarte contra o poder do Estado e do cidadão rico, que constitui "o chefe de uma associação permanente e obrigatória, composta por todos aqueles que dependem dele ou daqueles que ele torna subservientes à execução de seus projetos."⁸⁶

No final do século XIX, entretanto, na época em que o Metropolitan Museum of Art e o Museum of Fine Arts, de Boston, foram fundados, surgiram lutas amplamente relatadas sobre a adesão de tais conselhos à medida que ex-alunos bem-sucedidos buscavam substituir funcionários estaduais, clero e professores nos conselhos de Harvard e Yale. Hail descreve essas lutas como um "esforço para substituir as formas corporativas de autogoverno profissional", que resultou na criação de um "novo tipo de responsabilidade pública – responsabilidade não perante o público representado pelo governo ou autoridade profissional, mas ao público representado pelos mais bem-sucedidos economicamente." As "apostas envolviam nada menos do que a questão de quem deveria controlar a cultura americana." Na virada do século, o "economicamente bem-sucedido" passou a dominar os conselhos da maioria das faculdades e universidades, e a participação no conselho se tornou "instrumento poderoso para definir as prioridades e políticas de uma ampla gama de instituições culturais"⁸⁷ – incluindo museus.

⁸⁴ Peter Dobkin Hall, "A History of Nonprofit Boards in the United States" (Washington DC: BoardSource, 2003), p.5.

⁸⁵ Hall, "A History of Nonprofit Boards", p.12.

⁸⁶ Alexis de Tocqueville, "Democracy in America" (1835), quoted from "Of the Use Which the Americans Make of Public Associations in Civil Life," in *American's Voluntary Spirit: A Book of Readings*, edited by Brian O'Connell (New York: The Foundation Center, 1983), p.53, 54.

⁸⁷ Hall, "A History of Nonprofit Boards", p.17, 18.

Enquanto os profissionais eram suplantados nos conselhos de faculdades e universidades, os mais antigos museus de arte dos Estados Unidos eram anteriores aos campos da história da arte e da administração das artes. A maioria era inicialmente composta por conselheiros voluntários, cujo conhecimento pessoal definia coleções e programas dos museus que eles criaram e administraram. Como observa Peter Temin, nos museus de arte a “transferência da responsabilidade operacional para uma equipe administrativa foi um processo gradual, marcado pela relutância do administrador em sacrificar o poder ou admitir a legitimidade de pontos de vista profissionais”.⁸⁸ Na década de 1930, entretanto, a maioria dos museus norte-americanos havia se profissionalizado e seus novos profissionais identificaram cada vez mais a autonomia e a legitimidade de suas organizações com controle profissional, desenvolvendo padrões de prática que limitavam a participação do conselho em programas e operações. À medida que o setor sem fins lucrativos se expandiu na era pós-guerra, a gestão sem fins lucrativos desenvolveu seu próprio campo de especialização, reduzindo ainda mais o papel dos conselhos, muitas vezes para supervisão financeira. Os cortes no financiamento público na década de 1980 estimularam uma ênfase cada vez maior na arrecadação de fundos como responsabilidade primária dos conselhos de organizações sem fins lucrativos.⁸⁹ Na década de 1990, depois que os estatutos adotados por muitos estados diminuíram as diferenças entre corporações sem fins lucrativos e com fins lucrativos, os financiadores de fundações e especialistas em gestão pressionaram as organizações sem fins lucrativos a gerar mais renda, tornando a experiência empresarial uma qualificação cada vez mais procurada para conselheiros de organizações sem fins lucrativos.

No final da década de 1990, relatórios sobre os museus mais prestigiosos começaram a notar uma mudança na composição dos conselhos. Embora os conselhos de instituições como o Museum of Modern Art tenham sido “um paraíso para conhecedores ricos” que “introduziram a compreensão da missão do museu”, os museus começaram a colocar “uma nova ênfase poderosa no patrimônio líquido”.⁹⁰ Os museus mais ambiciosos começaram a “atrair bilionários”, incluindo pessoas com pouco envolvimento anterior

⁸⁸ Peter Temin, “An Economic History of American Art Museums,” em *Economics of Art Museums*, editado por Martin Feldstein (Chicago: University of Chicago Press, 1991), p.185. Veja também Vera L. Zolberg, “Conflicting Visions in American Art Museums”, *Theory and Society* 10 (1981), e DiMaggio, “Constructing an Organizational Field as a Professional Project: US Art Museums.”

⁸⁹ Hall, “A History of Nonprofit Boards”, p.23.

⁹⁰ Hugh Eakin, “MoMA's Funding: A Very Modern Art, Indeed”, *New York Times*, November 7, 2004.

com arte ou museus.⁹¹ Em vez disso, os museus ofereceram aos conselheiros e a outros colaboradores de alto nível uma gama de serviços para ajudá-los a construir suas próprias coleções, incluindo acesso a artistas proeminentes e visitas privadas a feiras de arte lideradas pela equipe do museu. Acima de tudo, os novos conselheiros desses museus pareciam cada vez mais refletir os setores mais lucrativos do momento, de reis de aquisições de alavancagem a executivos de alta tecnologia, a fundos de *hedge* e administradores de patrimônio privado⁹²; ou as indústrias dominantes de determinadas regiões, de entretenimento em Los Angeles a hotelaria e imóveis em Miami, a alta tecnologia e aeroespacial em Seattle. Em 2006, a Associação de Diretores de Museu de Arte descreveria "bom senso e compromisso inabalável com os princípios essenciais dos museus de arte" como as "características fundamentais exigidas de cada membro do conselho", mas reconhece que "muitos diretores de museu desejam habilidades de gestão financeira e fortes demonstrações de filantropia pessoal de seus conselheiros, além de buscar doações, quando for o caso, de serviços em espécie e obras de arte".⁹³

Nos últimos anos, os esforços para os conselhos de museus podem ter prejudicado algumas dessas tendências. Entre 2004 e 2016, o Museum of Modern Art passou de um membro do conselho afro-americano para cinco, incluindo a performer Anna Deavere Smith, o historiador Khalil Gilbran Muhammad e o colecionador AC Hudgins, que foi citado dizendo: "Eu sou negro rico, não rico do MoMA."⁹⁴ Embora a pesquisa para este livro tenha sugerido maior diversidade em alguns conselhos no Meio Oeste e no Sul, bem como em alguns museus menores na cidade de Nova York, uma pesquisa recente revelou que quase 90% dos conselheiros de museus dos EUA são brancos e quase 50% dos conselhos de museus são inteiramente brancos.⁹⁵

No entanto, como Muhammad e outros sugeriram, as questões relativas ao controle das instituições culturais por pequenos grupos de patronos ricos vão além das questões de diversidade racial.⁹⁶ Desde o final dos anos 1960, o campo da arte tem visto

⁹¹ Judith H. Dobrynski, "A Billion Reasons to Be on Board", *New York Times*, November 17, 1999.

⁹² Landon Thomas Jr., "Most Wanted on Museums Boards: Hedge Fund Managers", *New York Times*, 12 de dezembro, 2006.

⁹³ Diretor da Associação de Museus de Arte, Boa Governança e Integridade sem fins lucrativos, junho 2006.

⁹⁴ Jacob Bernstein, "The Disruptors: Making New York's cultural Boards More Diverse," *New York Times*, 30 de julho, 2016.

⁹⁵ BoardSource, "Museum Board Leadership 2017: A National Report" (Washington DC: BoardSource 2017), p.8, 5.

⁹⁶ Bernstein, "The Disruptors".

ondas de preocupação sobre a influência dos conselheiros e patronos nos programas e coleções dos museus, já que os museus frequentemente exibem as coleções de seus conselheiros ou os artistas que eles colecionam. Mais recentemente, o Museum of Modern Art, de São Francisco, atraiu críticas por assinar um acordo de 100 anos, sem discussão pública, de que 75% das principais galerias do museu devem ser cobertas com obras da coleção de Donald e Fisher, que serviram em seu conselho, limitando seriamente o que o museu pode apresentar para as gerações futuras.⁹⁷ Em outros lugares, surgiram preocupações sobre a fonte de riqueza de alguns conselheiros de museus, bem como sua política. O New York Times revelou que membros da família Sackler, que fazem parte do conselho da Dia Art Foundation, do Brooklyn Museum e do Guggenheim Museum, lucraram com o OxyContin, uma droga no centro da epidemia de opioides que matou dezenas de milhares.⁹⁸ Outro relatório revelou que a família de Rebekah Mercer, que faz parte do conselho do Natural History Museum, de Nova York, despejou milhões em organizações de extrema direita que questionam as mudanças climáticas e trabalham para minar as ciências naturais e o trabalho de conservação fundamental para a missão do museu.⁹⁹ No Metropolitan Museum of Art, membros da comunidade da cidade de Nova York protestaram contra a inauguração do David H. Koch Plaza, em homenagem ao conselheiro do Metropolitan Museum e mega doador radical de direita. Na Califórnia, membros da comunidade artística circularam uma carta aberta pedindo ao Museum of Contemporary Art, de Los Angeles, que removesse Steve Mnuchin de seu conselho.¹⁰⁰ Mnuchin, que atuou como presidente de finanças da campanha de Donald Trump, renunciou antes de assumir o cargo de secretário do Tesouro na administração de Trump – um cargo que veio com a participação *ex officio* no conselho da National Gallery of Art.

No entanto, revelações e protestos focados na influência artística, práticas de negócios e orientação política de conselheiros específicos muitas vezes ignoram as

⁹⁷ Charles Desmarais, “Unraveling SFMOMA's Deal for the Fisher Collection”, San Francisco Chronicle, 31 de agosto, 2016.

⁹⁸ Colin Moynihan, “Gifts Tied to Opioid Sales Invite a Question: Should Museums Vet Donors”, New York Times, 1 de dezembro, 2017.

⁹⁹ Robin Pogrebin, “Museum Trustee, a Trump Donor, Supports Groups That Deny Climate Change”, New York Times, 17 de janeiro, 2017.

¹⁰⁰ Veja Andrea Fraser e Eric Galo Stones, “The Case of Steven Mnuchin,” outubro 162 (Outono 2017): p.35-38. A influência dos doadores nas instituições educacionais, que está além do escopo deste ensaio, pode ser ainda mais preocupante. Jane Meyer, em seu livro *Dark Money*, relata como os irmãos Koch, de ala radical, usaram a filantropia para subsidiar “programas pró-negócios, anti reguladores e antitax em 207 instituições diferentes de ensino superior”, começando com a instituição pública George Mason University e estendendo-se à Ivy League Brown University (189).

condições e consequências mais amplas de um sistema que coloca a responsabilidade por muitas funções culturais – bem como educacionais, científicas e de bem-estar social – em organizações governadas por doadores ricos. As organizações sem fins lucrativos foram descritas como centrais para a democracia na América, constituindo um “setor independente” fora do Estado e do mercado que alguns confundiram com a própria sociedade civil. Este “setor independente” tem sido celebrado como uma arena de criatividade, diversidade e pluralismo; como guardião das liberdades intelectuais e artísticas necessárias à sociedade democrática; e como campo de formação para a cidadania ativa.¹⁰¹ Dada a importância das organizações sem fins lucrativos para a sociedade civil democrática, a forma de autoridade do conselho “e as afiliações sociais e identidades daqueles que o executam são do interesse de qualquer pessoa preocupada com a governança da sociedade em geral”, como os estudiosos Rikki Abzug e Jeffrey Simonoff colocou.¹⁰² Contudo, o que encontramos na maioria desses conselhos administrativos é uma notável falta de diversidade, formas de influência que podem interferir na liberdade intelectual e artística, qualificações para adesão que excluem todos, exceto os mais ricos, da participação ativa na governança. Também encontramos um alto grau de sobreposição entre o sucesso com fins lucrativos e a governança sem fins lucrativos, e entre doações de caridade e políticas. Na verdade, em vez de um setor

¹⁰¹ Veja Hall, “A History of Nonprofit Boards”; John W. Gardner, “The Independent Sector”, ix-xv, and other essays in O’Connell, *America’s Voluntary Spirit* e Theda Skocpol, “Civil Society in the United States”, in *The Oxford Handbook of Civil Society*, edited by Machael Edwards (Oxford: Oxford Univeristy Press, 2011), p.109-121. Skocpol aponta para algumas das consequências gerais desses desenvolvimentos na governança sem fins lucrativos, particularmente no que diz respeito às associações cívicas. Em um “universo associativo” dominado por “grupos de interesse público geridos profissionalmente. As funções massivas participativas e educacionais da América cívica clássica não são reproduzidas. Como os subsídios de patrocinadores e as correspondências computadorizadas em massa geram dinheiro mais prontamente do que taxas modestas repetidamente coletadas de milhões de membros e porque especialistas pagos são mais valorizados do que líderes voluntários, os grupos de interesse público de hoje têm pouca ou nenhuma necessidade de compartilhar o controle”, p.115. Os aderentes são vistos como “consumidores que enviam dinheiro para comprar uma determinada marca de representações de interesse público” ou como “grandes doadores em potencial”, p.115. Essas organizações de defesa profissional “se tornaram cada vez mais operações famintas de dinheiro, mesmo quando os Estados Unidos experimentaram crescentes desigualdades de riqueza e renda”, “realizando rodadas constantes de arrecadação de fundos e sempre em busca de ‘ângulos’ ricos”, p.115. Ela cita pesquisas que indicam que tais organizações são “muito menos eficazes, em relação à proporção de cidadãos que podem ocupar uma determinada posição”, do que movimentos enraizados em associações de base mais ampla (p.117), sugerindo que o sucesso da política conservadora nos Estados Unidos pode estar enraizado em parte no fato de que os conservadores “fizeram mais do que os liberais para renovar ou reinventar federações massivamente grandes e popularmente enraizadas”, que cruzam “linhas de classe através de redes de igrejas ou clubes esportivos, ligando unidades locais umas às outras e à penumbra do Partido Republicano”, p.112.

¹⁰² Rikki Abzug and Jeffrey S. Simonoff, “Nonprofit Trusteeship in Difference Contexts” (Burlington Ashgate Publishing, 2004), p.8.

"independente" sem fins lucrativos, encontramos todos os três setores econômicos e sociais dominados pelo que é cada vez mais conhecido como uma "classe doadora" – um grupo perseguido implacavelmente por uma classe donatária de profissionais políticos e sem fins lucrativos, artistas, estudiosos, e outros que a eles estão ligados por relações de “bajulação e acesso”, em uma associação cada vez mais “obrigatória” de dependência financeira.¹⁰³

RUMO A UMA TUTELA DEMOCRÁTICA

Organizações artísticas privadas sem fins lucrativos, fundadas e administradas por patrocinadores ricos, servem para legitimar o governo por e para os membros mais ricos da sociedade? As atividades políticas e a influência dos patrocinadores da arte são consistentes com a tutela de nossa herança cultural coletiva?

Cada vez mais governadas por pessoas cuja qualificação principal é o modo como preenchem cheques vultosos, muitas organizações artísticas sem fins lucrativos são plutocráticas no sentido mais básico do termo. Elas são consideradas "públicas" e fornecem bens públicos básicos, mas são governadas por conselhos auto selecionados e autoperpetuados, muitos dos quais impõem requisitos de contribuição financeira que limitam seu número aos ricos. Governadas com pouca ou nenhuma contribuição ou supervisão democrática, elas fazem parte de um sistema no qual os recursos públicos (na forma de renúncia de receita tributária, se não de subsídio público direto) são canalizados para organizações de controle privado que operam com pouca responsabilidade pública; um sistema que – apesar dos bilhões despejados em arte, educação, saúde e outras "boas obras" – pode servir para perpetuar e legitimar a desigualdade econômica e a privação que estão por trás de muitos dos problemas sociais que as organizações filantrópicas visam resolver.

Nos Estados Unidos, a plutocracia se desenvolveu dentro de um ciclo vicioso de desigualdade econômica e política alimentada por um sistema de financiamento de campanha privado e cada vez mais desregulado. Altos níveis de concentração de riqueza compram acesso, influência e autoridade, que são usados para garantir políticas que

¹⁰³ *McCutcheon v. Federal Election Commission*. 2' Alexis de Tocqueville, "Of the Use Which The Americans Make of Public Associations in Civil Life" p.54.



protegem e aumentam essa riqueza. Embora as organizações sem fins lucrativos e fundações sejam legalmente proibidas de contribuir, endossar ou se opor a candidatos políticos, elas servem para legitimar concentrações extremas de riqueza e sua influência na vida pública. A filantropia também pode contribuir para a desigualdade diretamente, criando seu próprio ciclo vicioso de receitas fiscais perdidas por deduções fiscais e cortes de taxas – levando a cortes nos gastos com educação e outros programas públicos que permitem a mobilidade social, levando a maiores demandas para que a filantropia privada compense pelos gastos sociais perdidos, levando a pedidos de mais incentivos fiscais para aumentar as contribuições de caridade, levando a novas reduções das receitas fiscais e dos gastos públicos.

Este estudo descobriu que a maioria dos conselheiros que contribuíram (59%) deu a maior parte dos fundos contribuídos (57%) para candidatos democratas e liberais e PACs. Embora muitos nas artes possam celebrar os grandes patrocinadores de candidatos e organizações democratas, liberais e progressistas entre os conselheiros de museus, o perigo para a sociedade democrática representado pela influência plutocrática deve superar a satisfação partidária. A ascensão ao poder político de políticos radicais de direita foi alimentada pela raiva e desespero de pessoas que foram privadas de direitos por ambos os principais partidos políticos, que a pesquisa mostrou ser igualmente indiferente às preferências da maioria de seus constituintes.

Segundo alguns relatos, a eleição de 2016 foi decidida por eleitores tradicionalmente democratas da classe trabalhadora, que se voltaram em grande número para os conservadores que concorreram como populistas – a fim de governar como plutocratas. A deserção dos operários do Partido Democrata não é nenhuma surpresa: há muito tempo trocou o apoio sindical por profissionais e empresários do *laissez-faire* social e econômico, abandonando sua base de classe trabalhadora por urbanos cosmopolitas. Isso deixou os americanos não ricos fora das plutonomias urbanas – economias impulsionadas por uma riqueza altamente concentrada¹⁰⁴ – sem representação política, enquanto aqueles dentro de plutonomias urbanas ganham com o que Martin Gilens e Benjamin Page chamam de "democracia por coincidência" – isto é, representação política na medida em que suas preferências coincidem com as dos ricos, pelo menos em questões

¹⁰⁴ O termo plutonomia (economia da plutocracia) foi cunhado por analistas do Citigroup em um relatório que foi posteriormente retirado do site do Citigroup. Veja Ajay Kapur, et al., "Plutonomy Symposium — Rising Tides and Lifting Yachts" The Global Investigator, 29 de setembro, 2006.

sociais e culturais. Hillary Clinton superou significativamente a arrecadação de fundos de Donald Trump e ainda perdeu a votação do Colégio Eleitoral, e alguns argumentaram que ela perdeu a eleição por passar mais tempo arrecadando fundos em Hamptons e Beverly Hills do que em campanha em estados de batalha como Wisconsin, que ela não visitou nenhuma vez depois de ganhar a indicação democrata.¹⁰⁵

Por outras contas, a eleição de 2016 foi decidida por eleitores com níveis de renda relativamente altos, mas níveis de educação relativamente baixos em áreas suburbanas¹⁰⁶, que podem ter respondido a ataques conservadores às "elites educadas" e "culturais" – e que podem se sentir tão mal atendidos e sub representados quanto os eleitores de cidades pequenas e rurais por instituições culturais e educacionais sem fins lucrativos.

Com pesquisas indicando que a renda das famílias de classe média cresce duas vezes mais rápido sob os democratas do que sob os republicanos, enquanto a renda das famílias da classe trabalhadora cresce dez vezes mais rápido, Larry Bartels levanta a questão fundamental de como os republicanos têm sido tão bem-sucedidos politicamente, apesar de seu "impacto surpreendentemente negativo sobre a sorte econômica da classe média e dos pobres."¹⁰⁷ Ele sugere que o sucesso republicano em concentrar o crescimento econômico durante os anos eleitorais, bem como na arrecadação de fundos para as campanhas eleitorais, pode ser a resposta. Ele não menciona seu sucesso com as guerras culturais, que começaram para valer com ataques da direita ao financiamento das artes públicas no final dos anos 1980. A divisão política nos Estados Unidos tornou-se indistinguível de uma divisão econômica e cultural entre áreas urbanas e não urbanas, que os conservadores exploraram habilmente para identificar o domínio social com cultura e educação, em vez de status econômico.¹⁰⁸

Embora a maioria dos conselheiros tenha feito contribuições políticas para candidatos democratas e liberais e PACs, 32% desses conselheiros deram 42% do total de contribuições para candidatos republicanos e conservadores e PACs. Eles fizeram isso

¹⁰⁵ Mike Davis, "Election 2016," *New Left Review* 103 (January-February 2017): p.6; Amy Chozick e Jonathan Martin, "Where Had Hillary Clinton Been? Ask the Ultrarich", *New York Times*, 3 de setembro, 2016; Theo Anderson, "How an Entitled Clinton and the Politics of Resentment Gave Us Trump", *In These Times*, 23 de novembro, 2016; Helaine Olen, "Clinton Lost the Economic Argument", *Slate.com*, 9 de novembro 2016.

¹⁰⁶ Nate Silver, "Education, Not Income, Predicted Who Would Vote for Trump", *FiveThirtyEight*, 22 de novembro, 2016.

¹⁰⁷ Bartels, "Unequal Democracy", p.4.

¹⁰⁸ Para uma análise mais aprofundada da interação de classe, cultura e política nas eleições de 2016, consulte meu ensaio, "Para uma resistência reflexiva".



enquanto o representante e os líderes do Congresso do Partido Republicano estavam promovendo políticas e práticas que minariam a democracia de uma infinidade de maneiras, incluindo a restrição de direitos de voto, explodindo em manipulações de voto extremas, empregando táticas legislativas para aprovar legislação com maiorias finas como navalha, atacando a liberdade e integridade da imprensa e privação de direitos civis e liberdades devido à sua origem nacional, fé religiosa, orientação sexual e identidade de gênero.

Duvido que muitos conselheiros ou patrocinadores de organizações artísticas subscrevam pessoalmente as posições e políticas antidemocráticas, islamofóbicas, homofóbicas, anti-imigrantistas, misóginas e racistas defendidas pelos políticos que alguns apoiam. Não obstante, um número surpreendente parece disposto a ignorar esses ataques aos direitos democráticos, civis e humanos, porque – presumo – esses políticos prometem promover seus interesses profissionais e financeiros. Alguns podem até estar convencidos de que, ao buscarem seus próprios interesses, também agem no melhor interesse de seus concidadãos, tanto em suas atividades políticas como em suas atividades filantrópicas e voluntárias.

Em grande medida, artistas, curadores, diretores de museus e outros profissionais das artes também estão dispostos a ignorar as agendas políticas e econômicas dos patrocinadores da arte, porque – presumo – esses patrocinadores prometem promover seus próprios interesses profissionais e financeiros ou os interesses específicos de suas organizações. Alguns podem até se convencer de que os benefícios políticos e sociais de seu trabalho e de suas organizações superam ou mesmo compensam as outras consequências da riqueza e do poder altamente concentrados que os possibilitam.

Chegou a hora de isso mudar. Com a ascensão de políticos de extrema direita e doadores políticos que mobilizam o nacionalismo e pregam o ódio para garantir o consentimento ao governo plutocrático corrupto e que pretendem minar tudo o que estiver em seu caminho – incluindo instituições democráticas e eleições, ciência e até mesmo os critérios mais básicos de verificação de fatos – devemos reconhecer que há mais em jogo do que apenas o financiamento de nossos shows e aquisições.

Artistas, administradores artísticos e outros profissionais artísticos, junto com patronos artísticos e conselheiros, devem reconhecer que apoiar a arte moderna e contemporânea e suas instituições agora deve significar mais do que dar doações em

dinheiro ou arte. Também deve significar a defesa dos valores e estruturas de uma sociedade aberta e democrática que permitiu que a cultura modernista e de vanguarda se desenvolvesse e prosperasse, e que as universidades e museus ensinassem, estudassem e apresentassem essa cultura com autonomia e integridade. Significa defender esses princípios não apenas no campo artístico, mas também no campo político e econômico. Isto significa trabalhar contra a redução da participação cívica em organizações sem fins lucrativos ao apoio financeiro, seja de grandes doadores, seja de pequenos consumidores de produtos culturais e políticos. E significa praticar princípios democráticos não apenas em programas artísticos, mas na governança das próprias organizações artísticas, abrindo seus conselhos para membros mais diversos e reconhecendo e afirmando a centralidade do apoio público democrático e as obrigações democráticas que vêm com ele.

ⁱ N.T.: A tradução para o português da introdução de Andrea Fraser para as mais de 940 páginas de sua obra colossal *2016 in Museums, Money and Politics* oportuniza o acesso (ainda que parcial) a um material significativo referente ao atual cenário político estadunidense concernente aos museus, ao passo que propicia profundas e enriquecedoras reflexões acerca do debate sobre as práticas museais contemporâneas. As páginas que seguem esta introdução são majoritariamente dedicadas à análise de dados e divididas em seções para facilitar a consulta do leitor. A primeira, intitulada *Board Members by Arts Organization* (Membros dos Conselhos a partir de Instituições de Arte), lista as 128 organizações incluídas no estudo e seus respectivos conselhos, separados por ordem alfabética de estado. Cada organização é listada com o seu endereço, seguido por nomes e partidos políticos de membros afiliados do Congresso Americano que representam aquelas localidades - a comparação na política brasileira, seria listar os vereadores que atuam na área de cada um destes museus. Ao lado dos nomes dos membros dos conselhos, há um ponto que pode ser azul (democratas), vermelho (republicanos), roxo (democratas e republicanos) ou cinza (outros partidos). Estas cores traduzem para qual partido político a maior parte das doações foram feitas. Sendo que a cor roxa indica que doações foram distribuídas de forma significativamente similar para os dois maiores partidos (democratas e republicanos).

A segunda seção de análise de dados é semelhante às antigas páginas amarelas brasileiras no que tange a sua formatação. Intitulada *Political Contributions by Name of Donor* (Contribuições Políticas a partir do Nome do Doador) apresenta, em ordem alfabética, as doações feitas, entre janeiro de 2015 e setembro de 2017, por cada um dos membros dos conselhos das 128 organizações listadas. As doações são listadas com o nome de quem recebeu a contribuição, o valor e a data, além do código postal e ocupação do contribuinte.

Por fim, Fraser nos proporciona análises extras demonstrando dados de como os 50 museus com as maiores contribuições, membros que fizeram as 100 maiores doações políticas (e esta lista está dividida entre republicanos e democratas) e, por fim, membros que doaram para o comitê inaugural do 58º presidente dos Estados Unidos, Donald J. Trump.